Brasiletros

SOMANDO FORÇAS

RELATÓRIO ANUAL 2016

SUMÁRIO

+PARCERIA	4
A BRASILETROS	6
MISSÃO, VISÃO E VALORES	6
PATROCINADORAS	7
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	10
+PRESENÇA	12
+MENSAGEM DA DIRETORIA	14
FATOS 2016	18
+CONFIANÇA	24
+DIRETORIA DE SEGURIDADE	26
DESPESAS PREVIDENCIAIS	28
RECEITAS PREVIDENCIAIS	30
PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	32
+TRANSPARÊNCIA	34
+DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INVESTIMENTOS	36
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	40
INVESTIMENTOS	43
+PARTICIPAÇÃO	48
+DIRETORIA JURÍDICA	50
+FUTURO	52
PARECER ATUARIAL PCA	54
PARECER ATUARIAL PACV	65
+DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	78
+PARECERES	130

+PARCERIA

O TODO É MAIOR DO QUE A SIMPLES SOMA DAS SUAS PARTES.

ARISTÓTELES - FILÓSOFO GREGO

A BRASILETROS

A Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros constitui-se em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos e foi criada em 23 de março de 1972 com a denominação Fundação CBEE de Seguridade Social – Brasiletros, tendo como patrocinadora a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE).

Em 1979, a Fundação CBEE de Seguridade Social teve incorporado ao seu patrimônio a Fundação Centrais Elétricas Fluminenses de Seguridade Social (CELFUS), em decorrência da fusão das antigas empresas CBEE e Centrais Elétricas Fluminenses S/A (CELF).

Em 1980, a Entidade passou a denominar-se Fundação CERJ de Seguridade Social – Brasiletros.

Em 2005, passou a chamar-se Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros, em função da alteração da razão social de sua patrocinadora para Ampla Energia e Serviços S/A.

A Fundação administra planos de previdência dos empregados e ex-empregados da Ampla Energia e Serviços S.A., Enel Brasil, e da própria Brasiletros. A Entidade é associada da ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada), do ICSS (Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social) e é fiscalizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), vinculada ao Ministério da Previdência Social (MPS).

Atua em modelo de gestão participativa, com o comprometimento dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, da diretoria e dos empregados, todos alinhados com os ideais dos participantes, das patrocinadoras e da sociedade.

Atualmente, a Brasiletros administra dois planos de benefícios. São eles:

- Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA);
- Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável (PACV).

PATROCINADORAS

Enel Brasil

Ampla Energia e Serviços S.A.

Brasiletros

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO

Garantir níveis de retorno dos investimentos dos recursos aportados, pelos participantes e patrocinadoras, com segurança, liquidez, máxima rentabilidade e mínimo risco, retribuindo aos seus participantes em forma de pagamento de benefícios, num ambiente de qualidade, eficiência e pontualidade.

VISÃO

Ser, dentre as entidades fechadas de previdência complementar do seu porte, um modelo padrão de referência, na excelência de qualidade dos serviços prestados, objetivando incessantemente, garantir e promover um padrão de dignidade e valorização dos seus participantes.

VALORES

- Espera-se dos Conselheiros, Diretores, Colaboradores e Prestadores de Serviço, a perfeita sintonia e exercício das seguintes crenças e valores:

- Conduta Ética e Transparência – verificados através da fidelidade, obediência e cumprimento dos princípios e das boas práticas de governança corporativa.

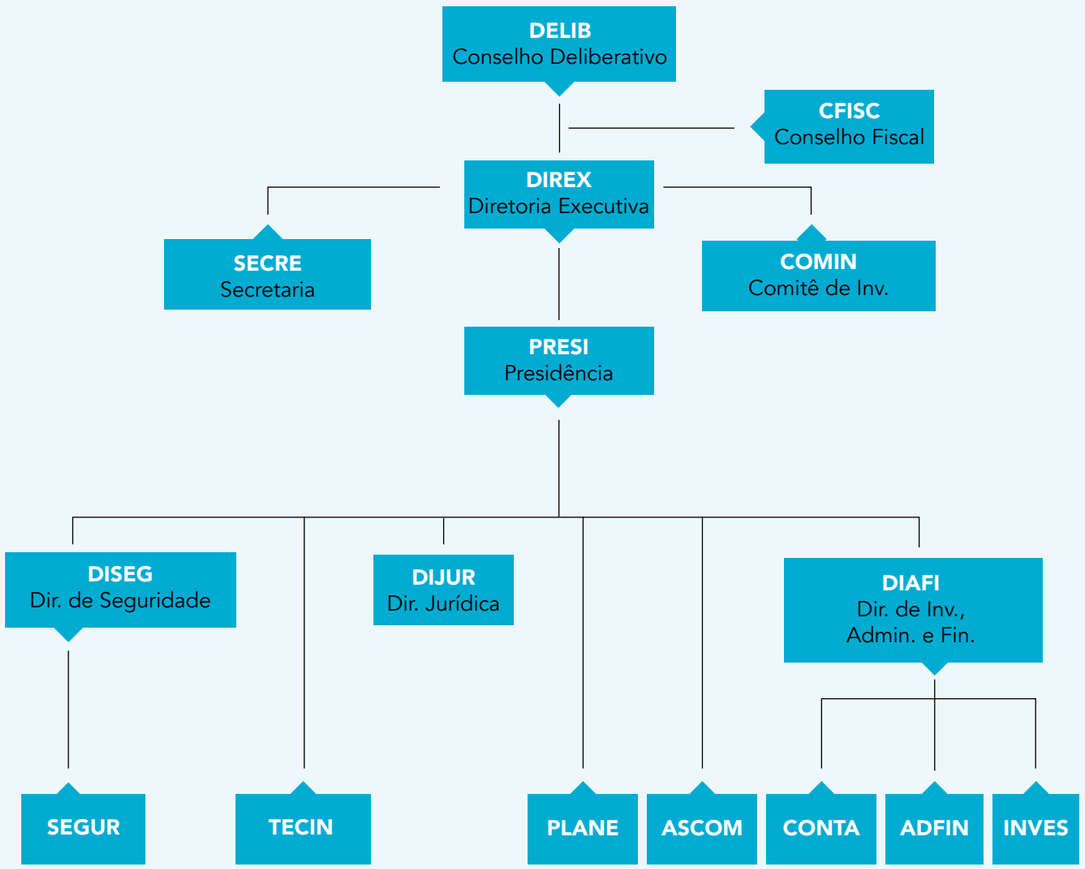
- Valorização do Ser Humano – Todas as ações da Entidade devem ter como princípio norteador o zelo, o respeito e o amor ao próximo.

- Responsabilidade e Profissionalismo – Deve ser sempre incentivada, interna e externamente, a superação da qualidade dos serviços, através da criatividade, profissionalização e responsabilidade, extensivo a parceiros, que devem, da mesma forma, desenvolver e manter procedimentos e comportamentos semelhantes.

- Espírito de Colaboração e Cooperação – O clima no ambiente do trabalho deve ser saudável, cabendo a todos a busca de um relacionamento ético e respeitoso, com comportamento colaborativo, na busca das metas comuns e de trabalho em equipe.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

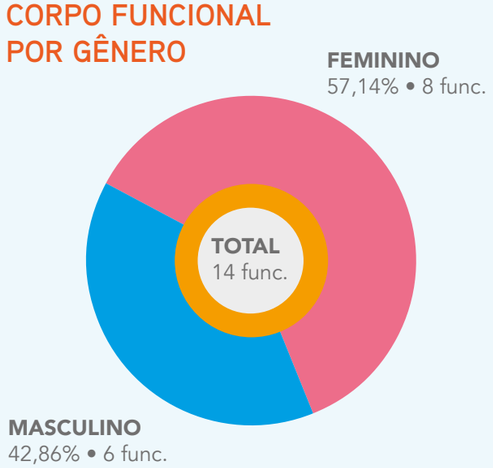
COMPOSIÇÃO DO CORPO FUNCIONAL



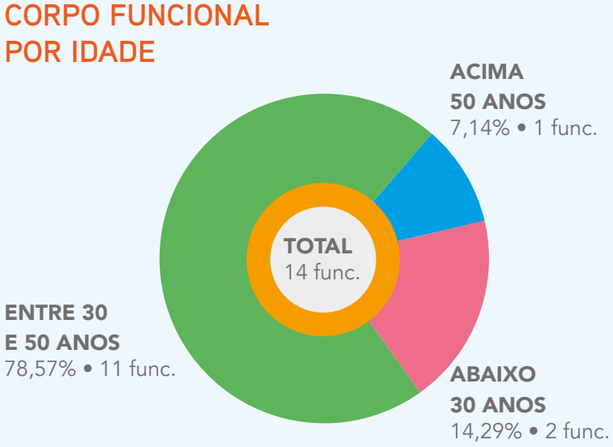
CORPO FUNCIONAL POR ÁREA

SIGLA	ÁREA	COLABORADORES
ADFIN	Administração e Finanças	2
INVES	Investimentos	3
DJUR	Jurídico	1
PLANE	Planejamento e Controle	1
SECRE	Secretaria	1
SEGUR	Seguridade	3
TECIN	Tecnologia da Informação	1
CONTA	Contabilidade	2

CORPO FUNCIONAL POR GÊNERO



CORPO FUNCIONAL POR IDADE



ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo é o órgão de orientação superior, deliberação e controle da Fundação, cabendo-lhe fixar os objetivos e políticas previdenciais, e sua ação se verificará pelo estabelecimento de diretrizes fundamentais e normas gerais de organização, operação e administração (Seção I do Estatuto, Art. 14).

Membros Efetivos:

Raimundo Câmara Filho
Teobaldo José Cavalcante Leal
Leandro Oliveira Cordeiro
Roberto Nunes Fonseca Júnior
Ronaldo Jubert Tenório Lima
Alexandre Pinto de Brito Oliveira
Geraldo Ricardo de Oliveira Raed
Maurício Szwarc
Francisco Eduardo Rizzo Fraga
Luzia Brandão Marinho Bartolette

Membros Suplentes:

Ruy Magno Praciano Bandeira
Anderson Luiz Tostes dos Santos
Aloisio Antonio de Jesus Pinto Baptista
Jacqueline Lima Ribeiro
Fernanda de Kássia Pereira
Andrea Souza da Silva Senfft
Karla Gimenez Leite Keller
Waldemir Oliveira Nunes
Eduardo dos Santos Machado
—

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal será responsável pela fiscalização da Fundação, cabendo-lhe, precipuamente, zelar pela gestão econômico-financeira desta (Seção III do Estatuto, Art. 35).

Membros Efetivos:

Wagner de Almeida Sodré da Silva
Alan dos Reis Santos
José Carlos Pacheco

Membros Suplentes:

—
Silvana Longhi Valle Moreira
Luiz Carlos Gutz Müller

+PRESENÇA

A VERDADEIRA GENEROSIDADE PARA COM O FUTURO CONSISTE EM DAR TUDO AO PRESENTE.

ALBERT CAMUS
ESCRITOR, ROMANCISTA, ENSAÍSTA, DRAMATURGO E FILÓSOFO FRANCÊS.

+MENSAGEM DA DIRETORIA

Oscar Enrique Campos Jara, Diretor de Seguridade; Daniela dos Santos Oliveira H. de Melo, Diretora de Investimentos, Administração e Finanças; Muci Girgi Germain, Diretor Jurídico; e David Augusto de Abreu, Diretor-Presidente.

PARA FAZER A BRASILETROS MELHOR A CADA DIA

O ano de 2016 não foi apenas "mais um ano" para a Brasiletros. Foi, sim, um ano de mais gestão, de mais relacionamento e de mais resultado. Um ano para nos sentirmos ainda mais recompensados pelo propósito do trabalho que realizamos e mais orgulhosos por fazer parte desta Fundação.

+ GESTÃO

Foi o ano em que se iniciaram e se concluíram importantes mudanças estruturais e operacionais na Fundação, proporcionando a melhoria dos processos internos e o aprimoramento da gestão de riscos inerentes.

Realizamos uma completa reestruturação da área de investimentos, com a qualificação de colaboradores, com a substituição de gestores de baixo desempenho, com mudanças nos serviços de custódia e com o mapeamento detalhado e a padronização dos processos críticos.

Iniciou-se, com conclusão prevista para o primeiro semestre deste ano, a implantação de um sistema integrado de gestão que se utiliza de tecnologia de ponta para integrar dados e processos, conectando todas as operações em uma única plataforma, o que significa um salto grandioso em termos de gestão de riscos, eliminação de burocracias e eficiência em geral.

+ RELACIONAMENTO

Um grande esforço foi feito pela melhoria das relações e interações da Fundação. Foi criado o "Programa de Relacionamento Brasiletros" que, com a participação de dirigentes e colaboradores, buscou estabelecer proximidade, parceria e respeito com colaboradores, participantes e seus representantes.

Como toda mudança começa internamente, começamos por atuar no sentido de transformar a coletividade de colaboradores e diretores numa verdadeira equipe. Um grupo unido e motivado, focado nos objetivos da Brasiletros e imerso em um clima de cordialidade, colaboração e espírito de equipe. Claro ficou que, apesar dos notórios avanços obtidos, este deverá ser um esforço constante, e do qual não nos omitiremos.

Fizemos um movimento de aproximação com os participantes, primando por sua valorização e por um atendimento digno e eficiente. O mesmo fizemos com relação a seus representantes e associações. Deslocamo-nos para diversas regiões do estado, objetivando alcançar e atender aos participantes, onde quer que estejam. E fomos muito bem recebidos.

Movimentamo-nos também no sentido de manter as patrocinadoras informadas e atualizadas dos avanços e resultados da Fundação. Marcamos presença junto aos órgãos do governo, Ministério da Previdência e órgãos de fiscalização, como a Previc, no intuito de aprimorarmos as relações institucionais e a nossa capacidade de acesso à informação e de defesa dos interesses da Fundação.

+ RESULTADO

Os investimentos obtiveram expressivos resultados em 2016. O Plano de Benefício Definido (PCA) e o Plano de Contribuição Variável (PACV) alcançaram rentabilidade superior às respectivas metas atuariais. No caso do PACV, a rentabilidade não só superou a meta atuarial como a média do mercado. O PCA só não conseguiu superar o mercado por conta da desvalorização do segmento de imóveis, mas manteve-se em linha com a média registrada pelos Planos de Benefício Definido. Os excelentes resultados obtidos refletem, sem dúvida, uma situação de mercado que os viabilizou, ao contrário do ocorrido em 2015, mas, mais do que isso, comprova que as estratégias de investimentos foram acertadas e adequadas ao cenário apresentado.

David Augusto de Abreu com Sandra Rozendo, Joana Castro e Fernando Prazeres.

As mudanças e esforços aqui relatados, bem como os resultados alcançados em 2016, são fruto da capacidade e dedicação dos colaboradores, do acerto das decisões dos dirigentes e são dedicados a cada um de vocês - participantes que acompanham a Brasiletros, que acreditam no trabalho que está sendo realizado e que nos confia parte importante de sua vida e de seu futuro.

DIRETOR-PRESIDENTE
DAVID AUGUSTO DE ABREU

FATOS 2016

JANEIRO

HOMENAGEM DIA DO APOSENTADO

O participante aposentado João Carlos Curty Alves recebeu das mãos do Diretor-Presidente da Brasiletros, David Augusto de Abreu, diploma em homenagem ao Dia do Aposentado. O evento faz parte do calendário de atividades da ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e do SINDAPP (Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e é uma oportunidade de ressaltar a importância da Previdência Complementar Fechada na manutenção da qualidade de vida dos assistidos, além de destacar o valor do Sistema Previdenciário para o desenvolvimento social.

LANÇAMENTO PLANO DE RELACIONAMENTO BRASILETROS

Lançado oficialmente com a divulgação do logotipo e um plano de ação executado ao longo do ano, o Plano de Relacionamento Brasiletros é uma das prioridades da Diretoria Executiva e tem como objetivo aproximar participantes ativos e aposentados do dia a dia da Fundação, visando uma gestão mais participativa, humanizada e transparente.

MARÇO

ALTERAÇÃO DO PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO

Todos os anos, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, os participantes ativos têm a oportunidade de alterar seu percentual de contribuição. Caso decidam aumentar esse percentual, poderão usufruir de maiores benefícios no futuro, garantindo mais tranquilidade e segurança.

ANIVERSÁRIO DA BRASILETROS

Em 23 de março, aniversário da Fundação, foi realizada uma missa comemorativa com a presença da equipe e de diversos participantes. Após a missa, houve um um momento de confraternização entre os presentes.

ABRIL

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

O Conselho Deliberativo da Fundação, em reuniões realizadas nos dias 13 de abril de 2016 e 23 de janeiro de 2017, aprovou algumas melhorias que foram recomendadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio das notas técnicas nº 3.230/CGAF/DITEC/PREVI, de 23 de novembro de 2015, e nº 441/ 2016/CGAF/DITEC/PREVIC, de 06 de dezembro de 2016, bem como outros pequenos ajustes que se mostravam necessários para melhor compreensão das previsões. O processo de alteração do Estatuto encontra-se em análise na PREVIC. O detalhamento das alterações propostas pode ser visualizado no site da Fundação.

MAIO

INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

Com o objetivo de otimizar processos, reduzir riscos e custos e aumentar a produtividade, a Brasiletros iniciou a implantação de um sistema integrado de gestão. O novo sistema traz inúmeros benefícios, como integração de informações, fluxos e processos das diversas áreas, confiabilidade e integridade dos dados; maior produtividade e qualidade para a operação. A conclusão da implantação está prevista para segundo semestre de 2017.

HOMENAGEM ÀS MÃES

No mês das mães, a Fundação realizou duas ações comemorativas: uma para o público interno e outra para o público externo. Internamente, as funcionárias com filhos foram presenteadas com um porta-retratos e uma foto familiar. Com o objetivo de promover a integração com os participantes, a Fundação promoveu um concurso de fotografia com o tema o Dia das Mães, premiando as três melhores fotos enviadas.

JUNHO

FESTA JUNINA PARA OS FUNCIONÁRIOS

Com foco na qualidade do clima organizacional, a Diretoria Executiva enfatiza ações para o estreitamento de laços entre os funcionários. Esta filosofia torna importante a celebração de datas comemorativas, que são oportunidades de integração. Portanto, as comemorações juninas não podiam passar em branco e foi realizada uma confraternização com comidas e decoração típicas para os funcionários.

JULHO

MUDANÇA NO SERVIÇO DE CUSTÓDIA

Com o intuito de ganhar em qualidade de serviço e possibilitar a integração dos dados dos investimentos com o novo sistema da Fundação, a administração decidiu promover a substituição do antigo prestador pelo banco Bradesco. Além desse movimento, ocorreu também a centralização do serviço de administração fiduciária dos fundos de investimentos numa única instituição, visando aprimorar os controles dos investimentos, unificar os procedimentos em um único administrador e padronizar processos. Dessa forma, o Bradesco também passou a exercer esse papel nos fundos.

AGOSTO

ENCONTRO BRASILETROS COM APOSENTADOS E PENSIONISTAS

O evento foi um marco de aproximação entre a Fundação e participantes. A Diretoria Executiva fez apresentações, falando sobre sua experiência e sobre as recentes realizações, além dos objetivos à frente da Brasiletros. Houve também palestras informativas sobre temas administração financeira, economia e educação previdenciária. Além disso, uma enfermeira e uma nutricionista prestaram serviços de aferição de pressão arterial, medição de glicose e orientação alimentar. No fim do dia, houve sorteio de brindes, como ecobags e camisetas. A apresentação do violinista encerrou o evento com momento de cultura e entretenimento. Um evento que já entrou para o calendário anual da Fundação.

SETEMBRO

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS NA ATAERJ

Reforçando o compromisso de proximidade e transparência com os participantes, a diretoria da Brasiletros promoveu um encontro na Ataerj para apresentar os resultados da Fundação. Além de apresentar os números, a Diretoria Executiva palestrou sobre diversos temas relacionados à Previdência Complementar e à própria Fundação e respondeu a muitas perguntas, sanando as dúvidas dos presentes.

OUTUBRO

DIA DAS CRIANÇAS

Foi realizada uma confraternização interna com a presença dos filhos dos funcionários. Eles receberam um crachá personalizado com suas fotos, simulando o de seus pais. As crianças assistiram filme, comeram pipoca, bolo e balas. A visita foi encerrada em um parque com atividades ao ar livre.

RECADASTRAMENTO

Realizado a cada dois anos, esse procedimento visa confirmar dados dos participantes para que a comunicação seja feita de maneira adequada, para que os benefícios sejam entregues de modo correto e também para evitar fraudes.

DEZEMBRO

PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Ao final de todos os anos, a Fundação realiza uma pesquisa de satisfação entre os seus participantes. A pesquisa é realizada através de um formulário enviado no contracheque, mas também pode ser respondida pela internet. Em 2016 tivemos 568 participações.

+CONFIANÇA

TUDO O QUE UM SONHO PRECISA PARA SER REALIZADO É ALGUÉM QUE ACREDITE QUE ELE POSSA SER REALIZADO.

ROBERTO SHINYASHIKI
MÉDICO, CONFERENCISTA, EMPRESÁRIO E ESCRITOR BRASILEIRO

+DIRETORIA DE SEGURIDADE

Da esquerda para a direita: Déborah Couto, Patrícia Cota, Matheus Soares, Ana Bárbara Marra, Silvane Neuhaus e Vitor Chagas com Oscar Enrique Campos Jara.

RELACIONAMENTO É PROXIMIDADE E TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Em 2016, o foco central do nosso trabalho foi qualificar o relacionamento com os participantes. Criamos o Programa de Relacionamento da Fundação Brasiletros para abrigar as ações voltadas a estreitar laços com os participantes e a gerar conhecimento sobre os desafios, as decisões e realizações da Fundação. O objetivo desta Diretoria é muito claro: a gestão participativa com total transparência sobre as ações desenvolvidas e sobre os resultados alcançados. Afinal, o patrimônio é de todos e o maior envolvimento das partes interessadas garante também maior compreensão das inúmeras variáveis que afetam nosso trabalho.

Parceria é a palavra certa para definir o tipo de relação que desejamos estabelecer não só com os participantes aposentados e ativos, mas com os diversos públicos com os quais interagimos, como fornecedores, órgãos fiscalizadores, instituições governamentais, entre outros. Também nosso público interno é extremamente importante, porque a transparência e o comprometimento entre as diversas áreas são os sentimentos que vão motivar a prestação de serviços aos nossos participantes. Ao longo de 2016, dedicamos atenção especial também ao relacionamento da Diretoria com as equipes e à integração entre os funcionários, visando manter um clima organizacional cooperativo para que pudéssemos enfrentar um ano de grandes mudanças processuais e operacionais que exigiram muito de todos. Iniciamos a implantação de um sistema integrado, o que significou uma série de esforços para padronização dos processos e parametrização da nova plataforma. O novo sistema deve entrar no segundo semestre. Durante o ano que passou trabalhamos muito para viabilizar mais este avanço para a Fundação, um avanço que vai nos colocar em dia com as melhores práticas de gestão do mercado e permitir que novos serviços possam ser oferecidos aos participantes, como por exemplo, uma área de autoatendimento muito mais completa do que a que temos hoje no website da Fundação.

Nosso caminho é de modernização. Inauguramos uma nova linguagem para a comunicação com os participantes, mais atual, mais direta e humanizada. Nos eventos que realizamos, fomos além de falar somente sobre a Brasiletros e acrescentamos educação financeira e previdenciária, atendimento em saúde, cultura e entretenimento. Valorizamos também o atendimento presencial e telefônico da Fundação com uma equipe qualificado e treinada. Investimos em tecnologia de ponta para integrar dados e processos. Escolhemos novos profissionais para fazer parte da equipe da Fundação, sempre buscando acrescentar talento e novas competências de mercado à nossa operação. E, principalmente, estamos de portas abertas para ouvir e trocar ideias, seja realizando eventos, palestras ou recebendo um a um dos participantes para esclarecer dúvidas ou atualizar conceitos. Felizmente, a Pesquisa de Satisfação realizada em 2016 já aponta para a percepção deste esforço pelos participantes e recebemos inúmeras mensagens de apoio, sugestões e mesmo críticas, mas já sob o espírito construtivo que desejamos definitivamente estabelecer. É gratificante perceber que estamos no caminho certo e que juntos podemos ser mais fortes e mais confiantes. E, em 2017, ano de muitas mudanças e reformas no nosso segmento de atuação, continuaremos com o compromisso de realçar a importância da Previdência Complementar como pilar fundamental e alternativa para suprir as crescentes demandas de poupança para um futuro cada dia mais desafiador.

DIRETOR DE SEGURIDADE
OSCAR ENRIQUE CAMPOS JARA

DESPESAS PREVIDENCIAIS

DESPESAS PREVIDENCIAIS

Em 2016, os desembolsos previdenciais para pagamento de benefícios totalizaram R$ 98.714.284,73 milhões, sendo R$ 75.441.133,73 do PCA e R$ 23.273151,00 do PACV.

	PCA	PACV
A) Prestação Continuada	**75.349.920,33**	**16.488.359,05**
Aposentadorias	62.898.561,65	15.789.953,66
Pensão por Morte	12.451.358,68	698.405,39
B) Prestação Única	**91.213,40**	**6.784.791,95**
Aposentadorias	58.486,95	1.121.932,83
Pensão por Morte	32.726,45	0,00
Resgate por Desligamento	0,00	5.662.859,12
Portabilidade	0,00	0,00
Total (A+B)	**75.441.133,73**	**23.273.151,00**

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS E ENCERRADOS

Tipo de Benefício	2015		2016	
	Concessões	Encerramentos	Concessões	Encerramentos
Total PCA	**43**	**63**	**34**	**54**
Aposentadorias	1	41	4	36
Pensão por Morte	42	22	30	18
Total PACV	**41**	**27**	**60**	**16**
Aposentadorias	33	24	58	14
Pensão por Morte	8	3	2	2
Total Geral	**84**	**90**	**94**	**70**

VALORES MÉDIOS DOS BENEFÍCIOS

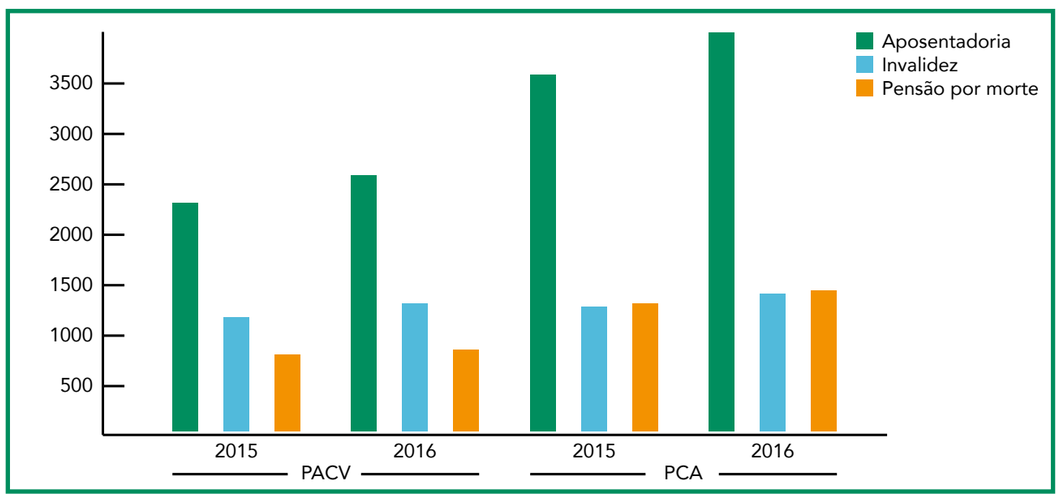
PACV						
Descrição	**12/2011**	**12/2012**	**12/2013**	**12/2014**	**12/2015**	**12/2016**
Aposentadoria	1.717	1.860	2.036	2.167	2.363	2.526
Invalidez	870	987	1.069	1.030	1.144	1.271
Pensão por Morte	472	475	516	638	707	781
Total	**1.504**	**1.631**	**1.771**	**1.889**	**2.052**	**2.225**

Benefícios informados no conceito de capacidade.

PCA						
Descrição	**12/2011**	**12/2012**	**12/2013**	**12/2014**	**12/2015**	**12/2016**
Aposentadoria	2.698	2.868	2.946	3.229	3.578	3.942
Invalidez	851	936	1.049	1.112	1.239	1.429
Pensão por Morte	828	901	1.000	1.109	1.277	1.448
Total	**2.087**	**2.218**	**2.236**	**2.499**	**2.660**	**3.031**

Benefícios informados no conceito de capacidade.

Os benefícios foram reajustados em outubro de 2016, com o índice de 9,15%, referente à variação do INPC de outubro de 2015 a setembro de 2016.



RECEITAS PREVIDENCIAIS

RECEITAS PREVIDENCIAIS

As receitas previdenciais totalizaram R$ 73.922.707,56 milhões, sendo R$ 57.422.733,66 do PCA e R$ 16.499.973,90 do PACV.

	PCA	PACV
A) Patrocinadores	**55.049.606,54**	**11.269.199,20**
Contribuição Normal	9.042,67	4.038.899,47
Contribuição Benefício de Risco	-	-
Despesa Administrativa	1.906.231,73	1.615.823,35
Contribuição Extraordinária	53.134.332,14	5.614.476,38
B) Participantes Ativos	**23.053,04**	**5.187.726,90**
Contribuição Básica	23.053,04	5.178.726,90
Contribuição Extraordinária	-	9.000,00
C) Participantes Autopatrocinados	**-**	**43.047,80**
Contribuição Básica	-	31.504,64
Despesa Administrativa	-	11.543,16
D) Participantes Assistidos	**2.350.074,08**	**-**
Contribuição Assistido	2.350.074,08	-
Total (A+B+C+D)	**57.422.733,66**	**16.499.973,90**

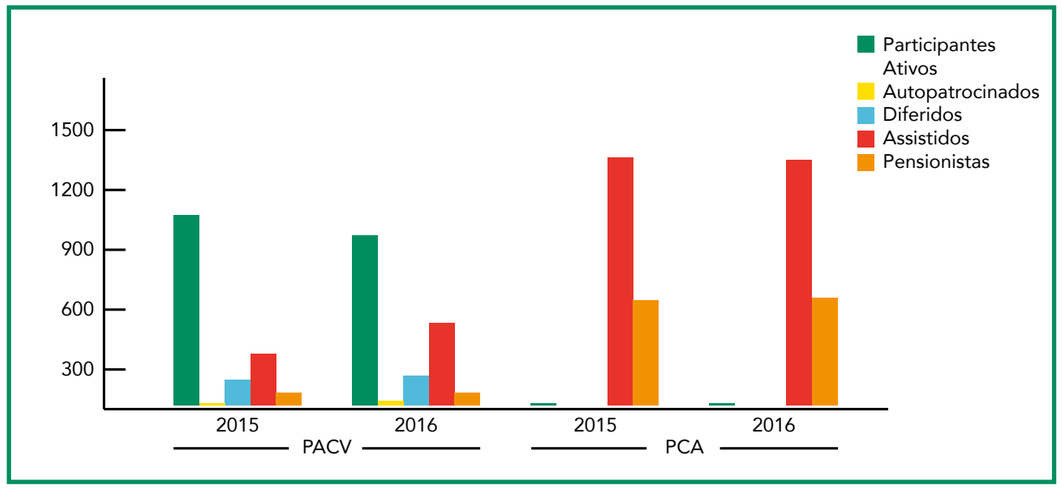
QUADRO DE PARTICIPANTES

Em 2016, a Brasiletros encerrou o exercício com um total de 3.771 participantes, dentre os quais 1.008 são ativos, 1.845 assistidos, 768 beneficiários e 139 diferidos e 11 autopatrocinados.

PACV	AMPLA	ENEL	Brasiletros	Total
Participantes Ativos	940	49	17	1006
Assistidos	516	1	4	521
Beneficiários	73	0	0	73
Auto Patrocinados	11	0	0	11
Diferidos	116	21	2	139
TOTAL	**1.656**	**71**	**23**	**1.750**

PCA	2016
Participantes Ativos	2
Assistidos	1324
Beneficiários	695
TOTAL	**2021**

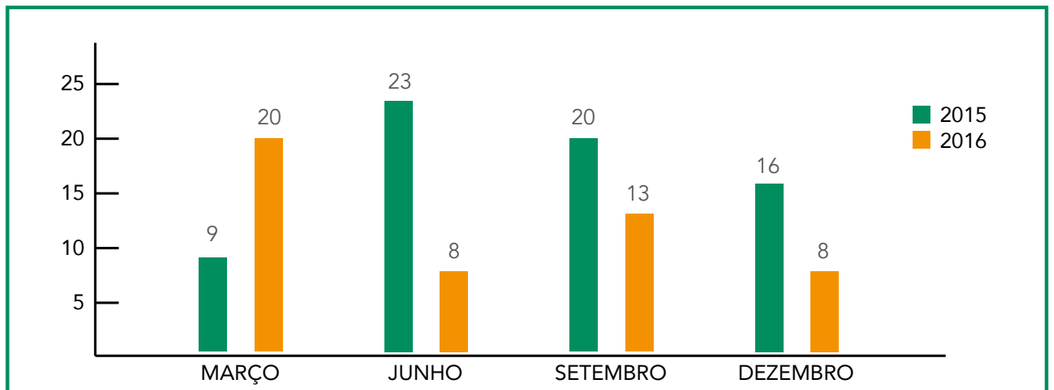
DESCRIÇÃO	2016			2015		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Totais	**2021**	**1750**	**3.771**	**2041**	**1838**	**3879**
Participantes Ativos	2	1.006	1.008	2	1.152	1.154
Autopatrocinados	-	11	11	-	9	9
Diferidos	-	139	139	-	127	127
Assistidos	1.324	521	1.845	1.356	477	1.833
Pensionistas	695	73	768	683	73	756
Idade Média	**69**	**47**	**59**	**69**	**46**	**58**
Participantes Ativos	63	39	40	63	39	39
Autopatrocinados	-	38	39	-	41	41
Diferidos	-	40	40	-	40	40
Assistidos	71	63	69	70	63	68
Pensionistas	68	60	67	67	58	66

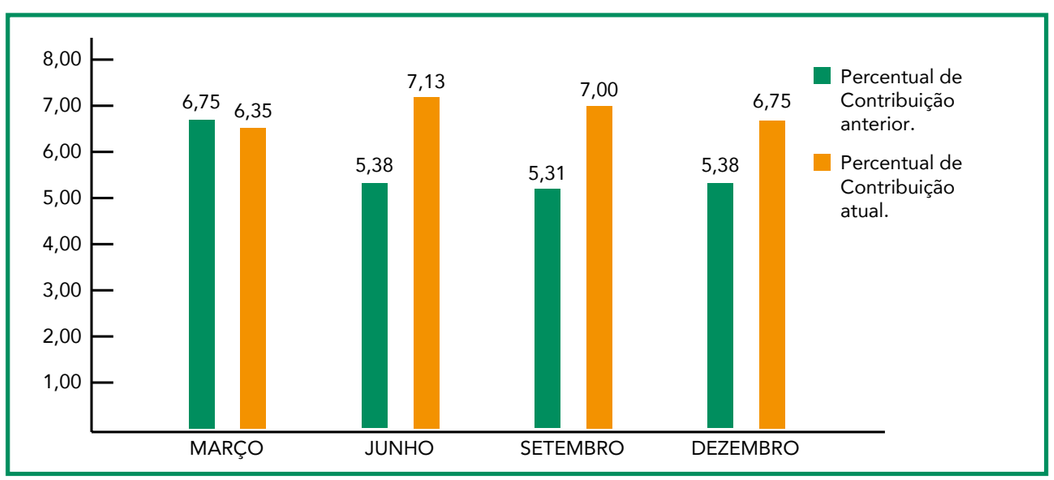


PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO

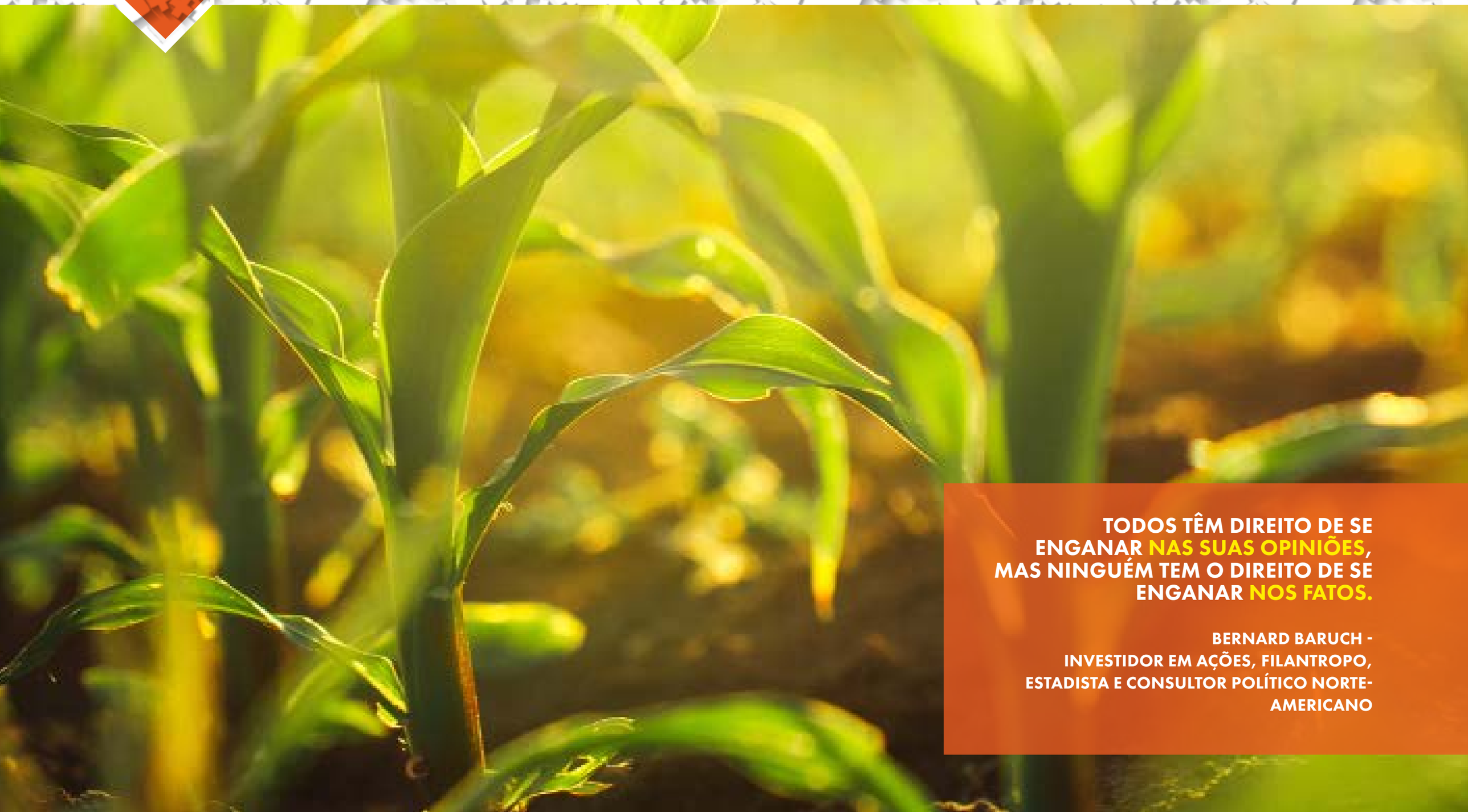
ALTERAÇÃO DO PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO

No último mês de cada trimestre, é realizada campanha de alteração do percentual de contribuição junto aos participantes. Em 2016, houve um total de 49 alterações.





+TRANSPARÊNCIA



TODOS TÊM DIREITO DE SE ENGANAR NAS SUAS OPINIÕES, MAS NINGUÉM TEM O DIREITO DE SE ENGANAR NOS FATOS.

BERNARD BARUCH - INVESTIDOR EM AÇÕES, FILANTROPO, ESTADISTA E CONSULTOR POLÍTICO NORTE-AMERICANO

+DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INVESTIMENTOS

Da esquerda para a direita: Luiz Cláudio Mattos, Danielle Gomes, Valquíria Pinto da Silva, Anderson Torres, Henrique Borges, Andréa Barreto e Guilherme Façanha com Daniela dos Santos Oliveira H. de Melo.

PILARES PARA EXCELÊNCIA E CREDIBILIDADE

Este foi um ano desafiador, mas de grandes realizações na área Financeira e de Investimentos da Brasiletros. Demos passos importantes para uma administração mais eficaz. Impusemos metas arrojadas para nossa equipe e trabalhamos para erguer os pilares que sustentarão a Fundação em outro patamar de qualidade nos próximos anos. Início da implantação de novo sistema de gestão integrada, reestruturação da carteira de investimentos, aprimoramento na gestão do Plano Administrativo, revisão dos processos de investimentos, foram algumas das realizações de 2016. O excelente resultado na rentabilidade dos planos é apenas a face mais visível do árduo trabalho que desenvolvemos.

No final de 2015, quando a Política de Investimentos para 2016 foi desenvolvida, o cenário econômico era de pessimismo, e fomos conservadores reduzindo o risco das carteiras dos Planos, em função dos resultados do ano anterior e também das projeções pouco promissoras para 2016. Como resultado, obtivemos no PACV mais de 17% de rentabilidade no ano para uma meta atuarial de 12% e comparada também a uma média de mercado de 14%. No PCA, da mesma forma, reduzimos drasticamente as posições de maior risco, trazendo uma maior estabilidade nos retornos. Mesmo assim, alcançamos 13,5% de rentabilidade, ou seja, acompanhamos a média de mercado e superamos a meta atuarial. Estes resultados foram um prêmio para o esforço de uma equipe que fez muito mais.

Mudanças estratégicas relevantes aconteceram, por exemplo, a padronização dos processos de investimentos e estreitamento na relação com prestadores de serviços. O tema deste relatório é "somando forças" e foi exatamente isso que buscamos junto aos fornecedores desta diretoria. Trouxemos os gestores de recursos para perto, com reuniões frequentes para compartilhar impressões sobre o mercado e discutir caminhos. Mesmo os gestores que não trabalham conosco tiveram encontros com a equipe, o que nos manteve atualizados sobre o mercado e sempre abertos a oportunidades. Outro trabalho de relacionamento com fornecedores foi nossa aproximação com a auditoria externa. Juntos, trabalhamos e discutimos as mudanças legais e regulatórias que impactaram a Fundação no âmbito contábil. Desde o início do ano, chamamos a auditoria para reuniões para apresentação dos fatos e atos de gestão relevantes ocorridos ao longo do ano. O objetivo é agir com transparência para estabelecer uma parceria para trabalharmos melhor. Na nossa visão, é fundamental estabelecer uma relação de confiança e respeito.

Também implementamos relatórios gerenciais de acompanhamento, reunião mensal de resultados com toda equipe de coordenadores e outra trimestral com todos os funcionários da Fundação. É uma forma de disseminar conhecimento e manter a equipe motivada. O relatório de investimentos passou a ter um caráter gerencial, descrevendo a alocação, o enquadramento aos limites estabelecidos, a rentabilidade geral, a rentabilidade por segmento e informando sobre o alcance ou não de metas. São dados importantes para quem quer se manter atualizado sobre as práticas da Fundação.

Com tudo isso, sentimo-nos confiantes para realizar o primeiro evento do Plano de Relacionamento desenvolvido pela Diretoria de Seguridade. Na Ataerj, apresentamos as estratégias e os resultados para uma plateia receptiva e ávida por informações. Além disso, temos como meta estabelecer uma rotina de apresentação trimestral dos resultados para os órgãos de governança, ou seja, o Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo. Nosso foco é transparência para zelar pela credibilidade.

Na área de investimentos, tivemos como destaque também a troca do Custodiante. Uma operação complexa, pois se trata da instância que registra a posse, os valores dos ativos investidos e liquida todas as movimentações dos investimentos da Fundação. Trata-se de uma mudança não trivial, mas que consideramos crucial para os outros projetos da área de investimentos em termos de controle e acompanhamento de riscos.

Tivemos também o início da implantação do sistema de gestão integrada, capitaneado, principalmente, pela área da contabilidade na parametrização e definição das diretrizes no sistema. Impactando, inclusive, na avaliação na mudança de Custodiante, com a necessidade de apresentação de uma solução para fazer a integração dos números de investimentos com o novo sistema, eliminando definitivamente os lançamentos manuais. Dessa forma, estamos caminhando para uma mudança qualitativa das nossas rotinas e atividades. Mais um passo sendo dado na mudança de patamar de qualidade na prestação dos serviços na gestão dos recursos dos participantes.

Enfim, foi um ano de muitas realizações. Somente uma equipe comprometida com tantos desafios conseguiria chegar ao final do ano com uma sensação de dever cumprido. Agradeço o esforço de cada um. Novos desafios virão, mas hoje estamos muito mais preparados para enfrentá-los com sucesso.

DIRETORA DE INVESTIMENTOS, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DANIELA DOS SANTOS OLIVEIRA H. DE MELO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

As Políticas de Investimentos dos Planos PCA (BD - Benefício Definido), PACV (CV - Contribuição Variável) e do PGA (Plano de Gestão Administrativa) têm por objetivo direcionar a gestão dos investimentos pertencentes aos planos de benefícios.

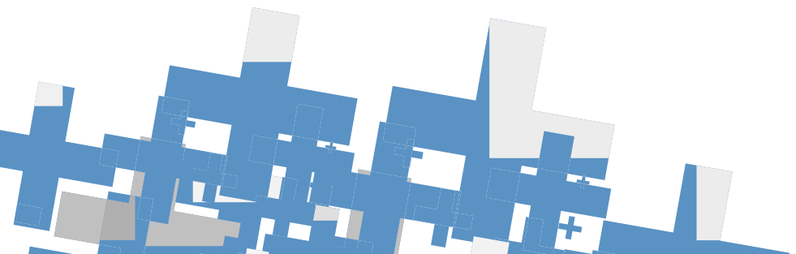
PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA – PCA

ALOCAÇÃO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	96,00%	86,00%	100,00%
Renda Variável	70%	0,90%	0,00%	1,50%
Investimentos Estruturados	20%	1,00%	0,00%	1,50%
Imóveis	8%	1,70%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	0,40%	0,00%	3,00%

TAXA MINIMA ATUARIAL/META DE RENTABILIDADE

SEGMENTO	META ATUARIAL
Plano PCA	INPC + 5,50%
Renda Fixa	INPC + 5,50%
Renda Variável	IBrX
Investimentos Estruturados	INPC + 5,50%
Imóveis	INPC + 5,50%
Operações com Participantes	INPC + 5,50%



PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL – PACV

ALOCAÇÃO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	86,00%	68,40%	100,00%
Renda Variável	70%	11,50%	0,00%	26,60%
Investimentos Estruturados	20%	1,60%	0,00%	2,00%
Operações com Participantes	15%	0,90%	0,00%	3,00%

ÍNDICE DE REFERÊNCIA / META DE RENTABILIDADE

SEGMENTO	INDICE DE REFERÊNCIA
Plano PACV	INPC + 5,50%
Renda Fixa	INPC + 5,50%
Renda Variável	IBrX
Investimentos Estruturados	INPC + 5,50%
Operações com Participantes	INPC + 5,50%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

ALOCAÇÃO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%

ÍNDICE DE REFERÊNCIA / META DE RENTABILIDADE

SEGMENTO	INDICE DE REFERÊNCIA
PGA	103% CDI
Renda fixa	103% CDI

INVESTIMENTOS

ALOCAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

ALOCAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - PCA - 2016

SEGMENTOS	ALOCAÇÃO		PI
	R$ mil	%	%
Renda Fixa	594.942	82,37%	96,00%
Renda Variável	6.904	0,96%	0,90%
Investimentos Estruturados	6.049	0,84%	1,00%
Imóveis	111.907	15,49%	1,70%
Operações com Participantes	2.491	0,34%	0,40%
TOTAL	**722.293**	**100,00%**	**100,00%**

ALOCAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - PACV - 2016

SEGMENTOS	ALOCAÇÃO		PI
	R$ mil	%	%
Renda Fixa	248.682	86,57%	86,00%
Renda Variável	32.243	11,22%	11,50%
Investimentos Estruturados	4.473	1,56%	1,60%
Operações com Participantes	1.858	0,65%	0,90%
TOTAL	**287.255**	**100,00%**	**100,00%**

ALOCAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - PGA - 2016

SEGMENTOS	ALOCAÇÃO		PI
	R$ mil	%	%
Renda Fixa	7.600	100,00%	100,00%
TOTAL	**7.600**	**100,00%**	**100,00%**

Com base na orientação definida nas Políticas de Investimentos, apresentamos os resultados do período. Dentro dos planos de benefícios, indicamos os fundos pertencentes aos segmentos e comparamos suas performances aos benchmarks definidos.

PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA – PCA

PCA			
SEGMENTO	FUNDOS	R$ mil	Rentabilidade acumulada
RENDA FIXA	BRADESCO FI ENERGIA RF	416.106	13,43%
	FIM FUNBR	176.988	13,88%
	BTG EMISSÕES PRIMÁRIAS II FI RF CP	778	-21,16%
	FI CAIXA INSTITUCIONAL TÍTULO PÚBLICO RF LP	1.066	13,54%
	ITAÚ FEDERAL PROVISION CP FIC	5	9,40%
	HSBC FIM FUNBR B	-	0,68%
	FI PCALM RF	-	24,70%
	CRÉDITO CORPORATIVO BRASIL - FIDC	-	4,48%
	Total Renda Fixa	594.942	16,92%
RENDA VARIÁVEL	KINEA PIPE FIA	4.319	37,84%
	SUL AMÉRICA EXPERTISE II FIA	2.585	13,84%
	BRADESCO FIA ENERGIA	-	-10,41%
	BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC FIA	-	1,38%
	BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIA	-	1,28%
	FATOR SINERGIA IV FIA	-	-13,95%
	ICATU VANGUARDA FIA	-	-7,25%
	HSBC FIA NITE	-	-75,56%
	JGP INSTITUCIONAL FIA	-	-0,70%
	Total Renda Variável	6.904	27,65%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BRASIL ENERGIA RENOVAVÉL FIP	6.049	-0,19%
	Total Investimentos Estruturados	6.049	-0,19%
IMÓVEIS	NITERÓI	101.493	2,98%
	PETRÓPOLIS	6.354	-17,10%
	MAGÉ	4.060	6,84%
	Total Imóveis	111.907	1,78%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	Total Operações com Participantes	2.491	17,50%
TOTAL		**722.293**	**13,52%**

PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

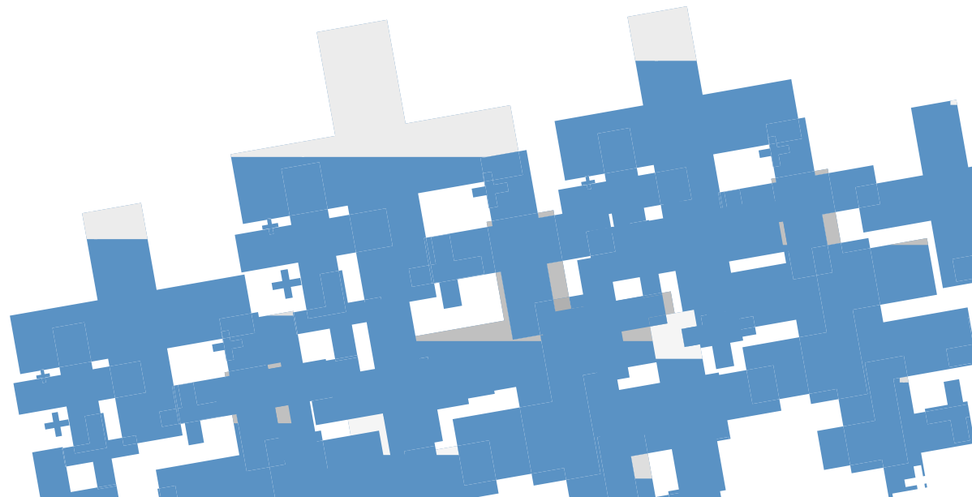
PACV			
SEGMENTO	FUNDOS	R$ mil	Rentabilidade acumulada
RENDA FIXA	BP FI ENERGIE RF	110.939	19,77%
	FIM FUNBR	88.584	13,88%
	FI PCALM RF	48.640	24,75%
	BTG EMISSÕES PRIMÁRIAS II FI RF CP	519	-21,16%
	Total Renda Fixa	**248.682**	**17,42%**
RENDA VARIÁVEL	BRADESCO FIA ENERGIA	13.272	31,68%
	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	6.085	25,02%
	BRASIL PLURAL FICFIA	6.664	11,07%
	KINEA PIPE FIA	3.062	37,84%
	SUL AMÉRICA EXPERTISE FIA	1.326	7,67%
	SUL AMÉRICA EXPERTISE II FIA	1.833	13,84%
	BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC FIA	-	7,98%
	BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIA	-	1,28%
	JGP INSTITUCIONAL FIA	-	28,74%
	Total Renda Variável	**32.243**	**26,25%**
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BRASIL ENERGIA RENOVAVÉL FIP	4.033	-0,19%
	RB CAPITAL DESEN RESIDENCIAL II FII	440	-9,97%
	RIO BRAVO RENDA CORPORATIVA FII	-	45,90%
	RIO BRAVO FII THE ONE	-	22,12%
	Total Investimentos Estruturados	**4.473**	**8,22%**
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	**Total Operações com Participantes**	**1.858**	**17,58%**
TOTAL		**287.255**	**17,31%**

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

PGA			
SEGMENTO	FUNDOS	R$ mil	Rentabilidade acumulada
RENDA FIXA	FIM FUNBR	7.600	12,55%
	ITAÚ INSTITUCIONAL ACTIVE FIX IB FIM	-	2,06%
	Total Renda Fixa	**7.600**	**13,85%**

TAXAS ADMINISTRATIVAS - PCA

PCA		
SEGMENTO	FUNDOS	Tx. Administração/Gestão
RENDA FIXA	BRADESCO FI ENERGIA RF	0,050
	FIM FUNBR	0,160
	BTG EMISSÕES PRIMÁRIAS II FI RF CP	0,250
	FI CAIXA INSTITUCIONAL TÍTULO PÚBLICO RF LP	0,100
	ITAÚ FEDERAL PROVISION CP FIC	4,000
	HSBC FIM FUNBR B *	0,184
	FI PCALM RF *	0,080
	CRÉDITO CORPORATIVO BRASIL - FIDC *	0,975
RENDA VARIÁVEL	KINEA PIPE FIA	1,500
	SUL AMÉRICA EXPERTISE II FIA	1,500
	BRADESCO FIA ENERGIA *	0,284
	BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC FIA *	3,000
	BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIA *	2,500
	FATOR SINERGIA IV FIA *	2,000
	ICATU VANGUARDA FIA *	1,000
	HSBC FIA NITE *	0,284
	JGP INSTITUCIONAL FIA *	2,750
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BRASIL ENERGIA RENOVAVÉL FIP	1,100
*** Fundos resgatados ao longo do exercicio de 2016**		



TAXAS ADMINISTRATIVAS - PACV

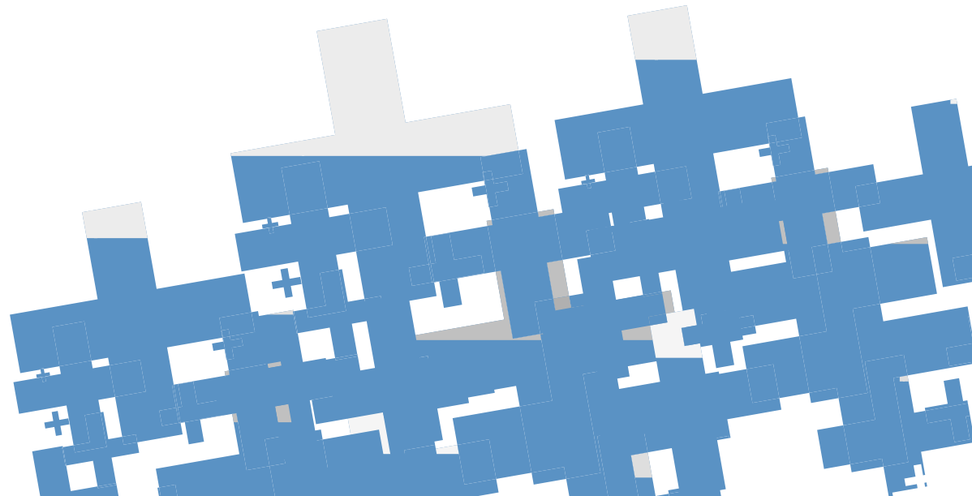
PACV		
SEGMENTO	FUNDOS	Tx. Administração/Gestão
RENDA FIXA	BP FI ENERGIA RF	0,050
	FIM FUNBR	0,160
	BTG EMISSÕES PRIMÁRIAS II FI RF CP	0,250
	FI PLALM RF	0,080
RENDA VARIÁVEL	BRADESCO FIA ENERGIA	0,250
	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	1,000
	BRASIL PLURAL FICFIA	3,000
	KINEA PIPE FIA	1,500
	SUL AMÉRICA EXPERTISE FIA	0,900
	SUL AMÉRICA EXPERTISE II FIA	1,500
	BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC FIA *	3,000
	BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIA *	2,500
	JGP INSTITUCIONAL FIA *	2,750
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BRASIL ENERGIA RENOVAVÉL FIP	1,100
	RB CAPITAL DESEN RESIDENCIAL II FII	2,000
	RIO BRAVO RENDA CORPORATIVA FII *	0,700
	RIO BRAVO FII THE ONE *	0,250
*** Fundos resgatados ao longo do exercicio de 2016**		

TAXAS ADMINISTRATIVAS - PGA

PGA		
SEGMENTO	FUNDOS	Tx. Administração/Gestão
RENDA FIXA	FIM FUNBR	0,160
	ITAÚ INSTITUCIONAL ACTIVE FIX IB FIM *	0,300
*** Fundos resgatados ao longo do exercicio de 2016**		

DESPESAS 2016

DESPESAS DOS INVESTIMENTOS	PCA	PACV	PGA	Total	Part %
INTERNAS	**3.165.122**	**950.660**	**-**	**4.115.782**	**71,57%**
Gestão dos Investimentos	2.608.675	950.660	-	3.559.335	61,89%
Despesa com imóveis	556.447	-	-	556.447	9,68%
EXTERNAS	**924.634**	**668.847**	**41.587**	**1.635.069**	**28,43%**
Taxa de Administração	406.209	323.225	11.324	740.759	12,88%
Taxa de Performance	-	-	-	-	0,00%
Taxa Selic/Cetip	126.624	102.150	18.605	247.378	4,30%
Taxa CVM	86.555	60.675	914	148.144	2,58%
Custódia	247.816	140.602	9.683	398.100	6,92%
Auditorias	49.177	35.807	953	85.936	1,49%
Taxa Anbid	8.254	6.388	109	14.751	0,26%
DESPESAS TOTAIS	**4.089.757**	**1.619.507**	**41.587**	**5.750.851**	**100,00%**

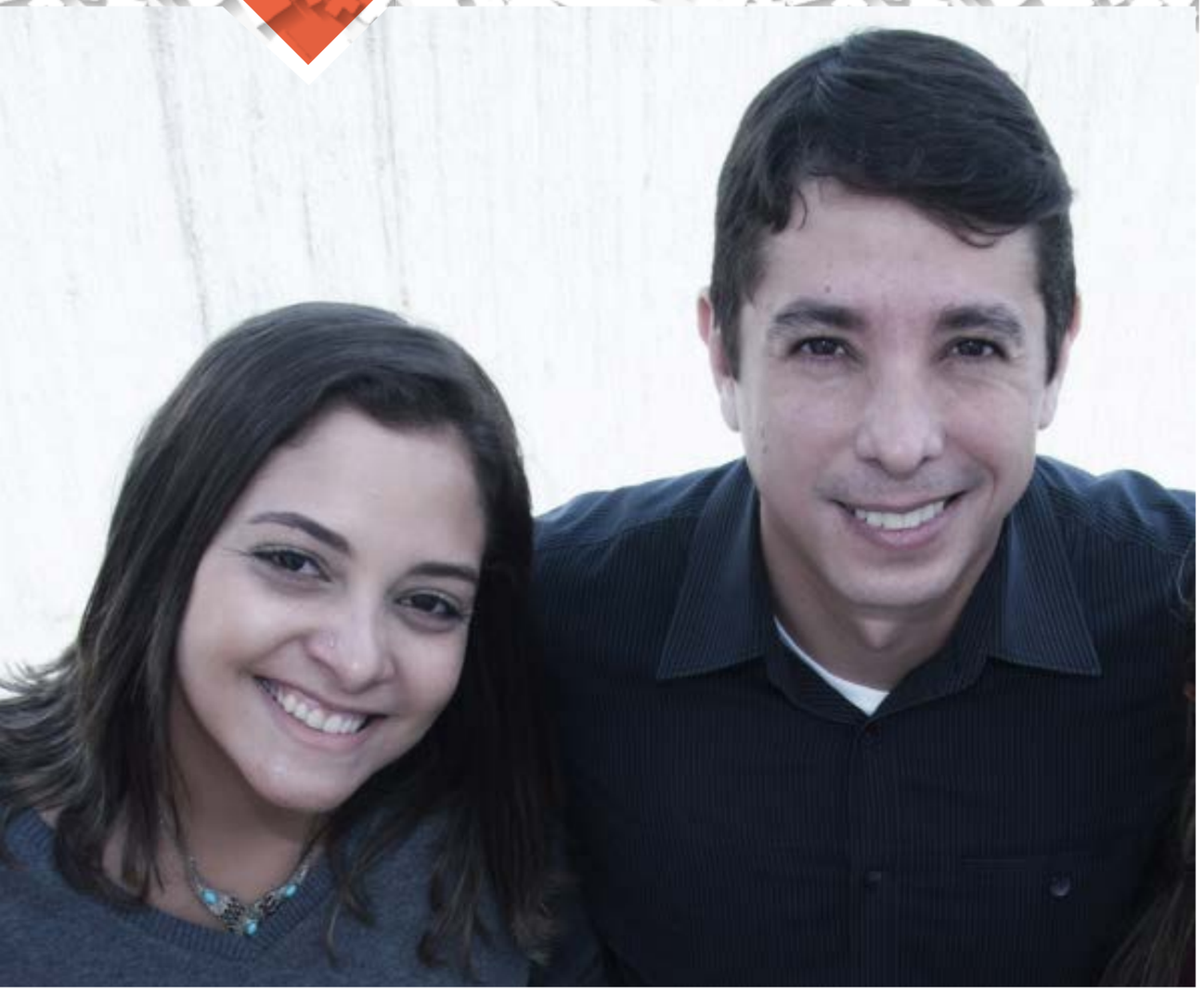


+PARTICIPAÇÃO

SÓ TEM O DIREITO DE CRITICAR AQUELE QUE PRETENDE AJUDAR.

ABRAHAM LINCOLN
POLÍTICO NORTE-AMERICANO QUE FOI O 16° PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS

+DIRETORIA JURÍDICA



Caroline Carvalho e Muci Girgi Germain

EM DEFESA DE UM PATRIMÔNIO QUE É DE TODOS

Em 2016, a aproximação com os participantes foi um importante passo, pois a informação qualificada e a atitude transparente são sempre o melhor caminho para realizar a razão de ser da nossa Diretoria, que é atuar com firmeza e justiça para garantir que os interesses individuais não se sobreponham ao direito coletivo.

Com o lançamento do Programa de Relacionamento, ficou claro que existe uma grande carência de esclarecimento sobre questões jurídicas importantes e até mesmo sobre questões básicas relacionadas ao segmento de Previdência Complementar. Esta demanda por informação começou a ser atendida através dos eventos realizados ao longo do ano, assim como através do atendimento presencial na Fundação. Porém, ainda há muito a ser feito para a conscientização geral sobre o que é interesse e direito de todos. Novos eventos acontecerão e estamos comprometidos com um forte trabalho para orientação dos participantes sobre seus direitos e deveres. Nós, da Diretoria Jurídica, estamos de portas abertas para receber os participantes e seus representantes para discutir caso a caso cada questão ou esclarecer pontos coletivos que ainda possam levantar discussão.

A Diretoria Jurídica entende ser sua função trabalhar pela conscientização sobre os direitos individuais dos participantes e sobre os direitos coletivos que sustentam uma Fundação sólida. Nosso papel é promover o direito futuro de todos de receber uma complementação de aposentadoria digna, portanto, interesses individuais não podem se sobrepor a este objetivo maior que é proteger o patrimônio da Fundação. Estamos aqui para esclarecer dúvidas a respeito de cada situação particular e é nossa atribuição que todos os direitos reais sejam respeitados, pois é a atitude ética e legalmente justa que faz da Brasiletros uma Fundação feita para durar e honrar seus compromissos.

É importante lembrar que a Fundação é patrimônio de todos e, portanto, todos tem o dever de buscar informação e orientação confiável sobre os temas que podem vir a impactar seus resultados. Este é o melhor caminho para defender os direitos individuais e coletivos.

Em 2016, Brasiletros e participantes conquistaram um ambiente de respeito e escuta, compartilhando a vontade mútua de estabelecer laços de confiança e orientação baseados na justiça e no comprometimento com a missão da Fundação. Somente quando cada participante estiver consciente de seu próprio papel no fortalecimento da Brasiletros, teremos cumprido integralmente nossa missão.

DIRETOR JURÍDICO
MUCI GIRGI GERMAIN

+FUTURO

O FUTURO É CONSTRUÍDO PELAS NOSSAS DECISÕES DIÁRIAS, INCONSTANTES E MUTÁVEIS, E CADA EVENTO INFLUENCIA TODOS OS OUTROS.

ALVIN TOFLER,
ESCRITOR E FUTURISTA NORTE-AMERICANO

PARECER ATUARIAL PCA

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, administrado pela Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/07/2016.

A empresa patrocinadora do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA é a AMPLA – Energia e Serviços S.A.. Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade, verificamos que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, da Brasiletros e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria SPC nº 486, de 16/09/2013, publicada no D.O.U de 17/09/2013.

O Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA encontra-se em extinção desde 08 de janeiro de 1999, estando fechado a novas inscrições de participantes.

I – ESTATÍSTICAS

BENEFÍCIOS A CONCEDER	31/07/2016
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	3
Idade média (em anos)	60,7
Tempo de serviço médio (em anos)	35,6
Participantes em aguardo de benefício proporcional	
Número	1

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	31/07/2016
Número de aposentados válidos	1.292
Idade média (em anos)	71,8
Valor médio do benefício	3.739
Número de aposentados inválidos	43
Idade média (em anos)	69,8
Valor médio do benefício	1.346,7

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	31/07/2016
Número de pensionistas (grupos familiares)	658
Idade média (em anos)	70,0
Valor médio do benefício	1.528

II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros e contam com o aval da patrocinadora do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS		2016
Taxa real anual de juros		5,50% a.a.
Projeção do crescimento real de salário		2,43% a.a.
Projeção do crescimento real do benefício do INSS		0,0% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano		0,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
	Salários	98%
	Benefícios do plano	98%
	Benefícios do INSS	98%

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic (Segregada por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983
Tábua de Entrada de Invalidez	Light Média
Tábua de Rotatividade	Nula

OUTRAS HIPÓTESES	2016
Probabilidade de aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral
Elegibilidade ao INSS	Observa a regra de elegibilidade estabelecida para a concessão de benefício do INSS

Composição familiar

Benefícios concedidos	Aposentados: cônjuge/ dependente vitalício informado Pensionista: Composição familiar informada
Benefícios a conceder	
Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem
Probabilidade de casados na aposentadoria	95%

Foram realizados, em outubro de 2015, pela Willis Towers Watson, estudos de aderência das hipóteses para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006, e na Instrução nº 23 de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: mortalidade de válidos, entrada em invalidez, mortalidade de inválidos, crescimento real dos salários e taxa real de juros.

Os estudos realizados em 2015 possuem validade de três anos, com exceção da taxa real anual de juros, cujo estudo tem validade de um ano. As hipóteses apontadas neste estudo foram mantidas em 2016.

O estudo da taxa real anual de juros foi realizado em outubro de 2016 e aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e atestado pelo Conselho Fiscal.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

TAXA REAL ANUAL DE JUROS

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos futuros de pagamento de benefícios líquido de receitas de contribuições do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, elaborados em 2015.

O resultado do estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, considerando a distribuição da rentabilidade real líquida projetada para o plano supracitado, indicou significativa capacidade de rentabilização dos ativos a 4,80% a.a., na média. A TIR da carteira classificada como "mantida até o vencimento" é de 6,23% a.a.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 54% (cinquenta e quatro por cento), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,50% a.a. para o Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA.

Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186 para esse plano (limite inferior: 4,33% e limite superior: 6,58%). Assim, pode-se afirmar, com bom nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 5,50% a.a. para o Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

A Entidade e sua patrocinadora optaram pela utilização da taxa de juros de 5,50% a.a. (cinco vírgula cinquenta por cento ao ano) na avaliação atuarial de 2016.

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo da patrocinadora do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que a empresa estima que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

O estudo realizado em 2015 indicou que a taxa de projeção de crescimento real de salários ao longo da carreira estava entre 2,02% a.a. e 2,86% com média convergindo para 2,43% a.a., nos três anos analisados. Desta forma, a patrocinadora optou por alterar a hipótese de crescimento real dos salários de 1,00%a.a. para 2,43%a.a..

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses. A adoção de um fator de 98% reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 4,5%.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo. Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil. Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte e invalidez da massa de participantes do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, foram realizados estudos de aderência das hipóteses em 2015, que encontram-se válidos em 2016.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

Os benefícios/institutos do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA são avaliados pelo regime financeiro de Capitalização e pelo método Agregado.

COMENTÁRIOS SOBRE MÉTODOS ATUARIAIS

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18 de 28/3/2006. Na presente avaliação foi mantido o regime financeiro e o método atuarial utilizados na avaliação atuarial de 2015.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social é de R$ 611.599.908,38.

De acordo com as informações prestadas pela Brasiletros para a manutenção dos títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA possui instrumentos de controle que permitem gerenciar o monitoramento da capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do Plano de Benefícios, conforme determina a Resolução CGPC nº 04/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do plano de benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros.

IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	Valores R$
Patrimônio de Cobertura do Plano	**589.628.482,47**
Provisões Matemáticas	**606.401.982,45**
1 - Benefícios Concedidos	835.511.006,20
1.1 - Contribuição Definida	0,00
1.2 - Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	835.511.006,20
1.2.1 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	690.359.511,20
1.2.2 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	145.151.495,00
2 - Benefícios a Conceder	2.660.718,84
2.1 - Contribuição Definida	0,00
2.2 - Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	2.660.343,00
2.2.1 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.661.532,00
2.2.2 - Valor Atual das Contribuições Futuras da Patrocinadora	(594,50)
2.2.3 - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(594,50)
2.3 - Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	375,84
2.3.1 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	376,00
2.3.2 - Valor Atual das Contribuições Futuras da Patrocinadora	(0,08)
2.2.3 - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(0,08)
3 - Provisão Matemática a Constituir	(231.769.742,59)
3.1 - Serviço Passado	(92.736.428,70)
3.1.1 - Patrocinadora	(92.736.428,70)
3.1.2 - Participantes	0,00
3.1.3 - Assistidos	0,00
3.2 - Deficit Equacionado	(139.033.313,89)
3.2.1 - Patrocinadora	(139.033.313,89)
3.2.2 - Participantes	0,00
3.2.3 - Assistidos	0,00
3.3 - Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
3.3.1 - Patrocinadora	0,00
3.3.2 - Participantes	0,00
3.3.3 - Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	**(16.773.499,98)**
4 - Resultados Realizados	(16.773.499,98)
4.1 - Superavit Técnico Acumulado	0,00
4.2 - Deficit Técnico Acumulado	(16.773.499,98)
Fundos	**21.971.425,91**
5 - Fundos Previdenciais	18.872.165,15
5.1 - Fundo de Cobertura das Demanas Judiciais	18.872.165,15
6 - Fundos Administrativos	2.589.665,38
7 - Fundos de Investimentos	509.595,38

O Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados dos benefícios concedidos inclui R$ 637.730,20, informados pela Brasiletros referentes aos benefícios devidos e não pagos dos participantes reintegrados, posicionados em 31/12/2016.

O valor de R$92.736.428,70 correspondente ao Serviço Passado e o valor de R$139.033.313,89 correspondente ao deficit equacionado foram informados pela Brasiletros e compõem o Contrato de Refinanciamento do Compromisso de Reservas a Amortizar firmado entre a Ampla Energia e Serviços S.A. e Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros. O saldo devedor é, atualmente, reajustado pelo INPC acrescido de taxa de juros. O contrato possui cláusula de revisão atuarial na qual os deficits registrados no plano serão acrescidos e os superavits abatidos do saldo do Contrato nas datas de 1º de janeiro dos anos subsequentes. O prazo para pagamento é de 240 meses, contados a partir de janeiro de 2002.

No resultado apresentado da avaliação atuarial de 31/12/2016, foi registrado o valor do Deficit Técnico de R$ 16.773.499,98.

O Fundo de Demandas Judiciais, constituído no exercício de 2012, tem por objetivo compensar o acréscimo nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos em função da revisão do reajuste de URV, decorrente de demandas judiciais. Este fundo foi recalculado considerando a diferença apurada entre o valor das Provisões Matemáticas individuais dos participantes que terão seus benefícios revisados pelo reajuste da URV e o valor das Provisões Matemáticas individuais dos mesmos participantes considerando o valor dos benefícios na Avaliação Atuarial de 2016. De acordo com este critério, o Fundo foi recalculado em 31/12/2016 no valor de R$ 18.872.165,15.

V – AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

De acordo com o item 28 - A da Resolução CGPC no 26/2008, incluído pela Resolução no 16/2014, o valor do Ajuste de Precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento do deficit.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,50% a.a.), e o valor contábil desses títulos.

O valor do ajuste de precificação informado pela Brasiletros para Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA em 31/12/2016 é positivo de valor igual a R$ 23.707.795,04.

DEMONSTRATIVO DO ATIVO LÍQUIDO	Valores em R$
Equilíbrio Técnico	**(16.773.499,98)**
Ajuste de Precificação	**23.707.795,04**
Equilíbrio Técnico Ajustado	**6.934.295,06**

Considerando a existência do Contrato de dívida com a patrocinadora Ampla (Contrato III) e de forma conservadora, foi registrado pela Willis Towers Watson na Provisão Matemática a Constituir e incorporado ao saldo devedor do Contrato III, o deficit técnico contábil, ao invés do Equilíbrio Técnico Ajustado positivo apurado no exercício.

Ajustando a Provisão Matemática a Constituir com a perda atuarial ocorrida no exercício de 2016, a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	Valores R$
Patrimônio de Cobertura do Plano	589.628.482,47
Provisões Matemáticas	589.628.482,47
1 - Benefícios Concedidos	835.511.006,20
1.1 - Contribuição Definida	0,00
1.2 - Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	835.511.006,20
1.2.1 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	690.359.511,20
1.2.2 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	145.151.495,00
2 - Benefícios Concedidos	2.660.718,84
2.1 - Contribuição Definida	0,00
2.2 - Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	2.660.343,00
2.2.1 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.661.532,00
2.2.2 - Valor Atual das Contribuições Futuras da Patrocinadora	(594,50)
2.2.3 - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(594,50)
2.3 - Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	375,84
2.3.1 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	376,00
2.3.2 - Valor Atual das Contribuições Futuras da Patrocinadora	(0,08)
2.3.3 - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(0,08)
3 - Provisão Matemática a Constituir	(248.543.242,57)
3.1 - Serviço Passado	(92.736.428,70)
3.1.1 - Patrocinadora	(92.736.428,70)
3.1.2 - Participantes	0,00
3.1.3 - Assistidos	0,00
3.2 - Deficit Equacionado	(139.033.313,89)
3.2.1 - Patrocinadora	(139.033.313,89)
3.2.2 - Participantes	0,00
3.2.3 - Assistidos	0,00
3.3 - Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	(16.773.499,98)
3.3.1 - Patrocinadora	(16.773.499,98)
3.3.2 - Participantes	0,00
3.3.3 - Assistidos	0,00

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	Valores R$
Equilíbrio Técnico	**0,00**
4 - Resultados Realizados	0,00
4.1 - Superavit Técnico Acumulado	0,00
4.2 - Deficit Técnico Acumulado	0,00
Fundos	**21.971.425,91**
5 - Fundos Previdenciais	18.872.165,15
5.1 - Fundo de Cobertura das Demandas Judiciais	18.872.165,15
6 - Fundos Previdenciais	2.589.665,38
7 - Fundos de Investimentos	509.595,38

O valor de R$16.773.499,98 foi alocado na conta Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias e será adicionado à conta de Deficit Equacionado, em 01/01/2017, como uma perda atuarial, conforme definido na cláusula de Revisão Atuarial do Contrato III.

VI – VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro abaixo apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial evoluído do Balancete de 31/12/2016.

VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL	Exercício Encerrado	Balancete de 31/12/2016	Variação em %
Passivo Atuarial	838.171.725,04	827.661.844,35	1,27%
Benefícios Concedidos	835.511.006,20	825.660.840,52	1,19%
Benefícios a Conceder	2.660.718,84	2.001.003,83	32,97%

As provisões matemáticas de benefícios a conceder aumentaram quando comparadas com as provisões matemáticas evoluídas devido ao número reduzido de participantes próximos a data da aposentadoria.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos, quando comparadas com as provisões matemáticas evoluídas, variaram dentro do esperado.

VII – PLANO DE CUSTEIO

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio para 2016. No período de abril de 2017 a março de 2018, deverão vigorar as taxas de custeio indicadas neste parecer.

A patrocinadora, os participantes ativos e assistidos deverão efetuar as contribuições resultantes da aplicação das taxas indicadas nesse parecer sobre a folha total de salário real de contribuição e folha de benefícios, respectivamente, conforme indicado abaixo:

PATROCINADORA

A patrocinadora deverá efetuar as contribuições normais, que correspondem, em média, a 2,57% da folha total de salário real de contribuição.

Além das contribuições normais, definidas acima, a AMPLA deverá efetuar 12 contribuições mensais extraordinárias para amortização da Provisão Matemática a Constituir, considerando os ganhos ou perdas atuariais apurados no exercício que serão adicionados ao saldo do contrato em 01/04/2017, conforme contrato de confissão de dívida firmado entre a AMPLA e a Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros.

PARTICIPANTES ATIVOS

Os participantes ativos deverão efetuar as contribuições normais definidas no regulamento do plano, de acordo com a tabela acima, que correspondem, em média, a 2,57% da folha total de salário real de contribuição.

Além das contribuições normais definidas acima, os participantes ativos deverão efetuar contribuições extraordinárias no valor de 1,10% dos seus salários de contribuição para cobertura de 50% do aumento nos valores dos benefícios da Entidade em decorrência do disposto na Lei no 9.876 de 29/11/1999, que alterou as regras de cálculo do benefício concedido pela Previdência Social, instituindo o fator previdenciário.

PARCELA DO SALÁRIO REAL DE CONTRIBUIÇÃO	TAXAS
Até 1/2 Teto de Contribuição da Previdência Social	1,75%
Entre 1/2 Teto de Contribuição da Previdência Social e 1 Teto de Contribuição da Previdência Social	4,50%
Entre 1 Teto de Contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	7,50%
Acima de 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	10,00%

PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Os participantes assistidos deverão efetuar as contribuições normais definidas no regulamento do plano, de acordo com a tabela acima, que correspondem em média, a 2,95% da folha de benefícios dos participantes.

PARCELA DO COMPLEMENTO DE APOSENTADORIA	TAXAS
Até ½ Teto de contribuição da Previdência Social	1,75%
Entre ½ Teto de contribuição da Previdência Social e 1 Teto de contribuição da Previdência Social	4,50%
Entre 1 Teto de contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	7,50%
Acima de 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	10,00%

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas para o exercício de 2017, no valor de R$2.439.643,00 deverão ser pagas pela patrocinadora em 13 parcelas mensais de R$187.664,85, conforme orçamento informado pela Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros.

AUTOPATROCINADOS

Não há participantes autopatrocinados em 2016.

VIII - CONCLUSÃO

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, administrado pela Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros , informamos que o plano encontra-se em conformidade com os princípios geralmente aceitos e financeiramente equilibrado, uma vez que além das contribuições normais, a patrocinadora efetua contribuições extraordinárias para equacionamento da Provisão Matemática a Constituir – Deficit Equacionado determinadas no Contrato III.

Este parecer atuarial foi elaborado para Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Brasiletros em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 06 de março de 2017

Adriana Gomes Rodrigues

MIBA nº 992

Felinto Sernache Coelho Filho

MIBA nº 570

PARECER ATUARIAL PACV

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, administrado pela Fundação de Seguridade Social – Brasiletros, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/07/2016.

As empresas patrocinadoras do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV são: AMPLA – Energia e Serviços S.A., Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros e ENEL Brasil S.A..

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016. Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade, verificamos que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, da Brasiletros e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria SPC nº 490, de 16/09/2013, publicada no D.O.U de 17/09/2013.

I – ESTATÍSTICAS

BENEFÍCIOS A CONCEDER	31/07/2016
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	1.064
Idade média (em anos)	40,5
Tempo de serviço médio (em anos)	12,5
Participantes em aguardo de benefício proporcional	
Número	133

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	31/07/2016
Número de aposentados válidos	442
Idade média (em anos)	64,6
Valor médio do benefício	2.493
Número de aposentados inválidos	40
Idade média (em anos)	60,1
Valor médio do benefício	1.249

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	31/07/2016
Número de pensionistas (grupos familiares)	67
Idade média (em anos)	69,2
Valor médio do benefício	836

II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS		2016
Taxa real anual de juros		5,50% a.a.
Projeção do crescimento real de salário		2,43% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano		0,0% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano		0,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
	Salários	98%
	Benefícios do plano	98%

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic (Segregada por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983
Tábua de Entrada de Invalidez	Light Média
Tábua de Rotatividade	Experiência Brasiletros 2013-2015

OUTRAS HIPÓTESES	2016
Probabilidade de aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral

Composição familiar

Benefícios concedidos		Aposentados: cônjuge/ dependente vitalício informado Pensionista: Composição familiar informada
Benefícios a conceder		
	Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem
	Probabilidade de casados na aposentadoria	95%

Foram realizados, em outubro de 2015, pela Willis Towers Watson, estudos de aderência das hipóteses para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006, que foi alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9 de 29/11/2012 e nº 15 de 19/11/2014, e na Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: mortalidade de válidos, entrada em invalidez, rotatividade, mortalidade de inválidos, taxa de crescimento real dos salários e taxa real de juros.

Os estudos realizados em 2015 possuem validade de três anos, com exceção da taxa real anual de juros, cujo estudo tem validade de um ano. As hipóteses apontadas neste estudo foram mantidas em 2016.

O estudo da taxa real anual de juros foi realizado em outubro de 2016 e aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e atestado pelo Conselho Fiscal.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

TAXA REAL ANUAL DE JUROS

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos futuros de pagamento de benefícios líquido de receitas de contribuições do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, elaborados em 2015.

O resultado do estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, considerando a distribuição da rentabilidade real líquida projetada para o plano supracitado, indicou significativa capacidade de rentabilização dos ativos a 4,81% a.a. na média. A TIR da carteira classificada como "mantida até o vencimento" é de 5,88% a.a.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 51% (cinquenta e um por cento), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,50% a.a. para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV.

Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186 para esse plano (limite inferior: 4,35% e limite superior: 6,62%). Assim, pode-se afirmar, com bom nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 5,50% a.a. para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

A Entidade e suas patrocinadoras optaram portanto, pela manutenção da taxa de juros de 5,50% a.a. (cinco vírgula cinquenta por cento ao ano), na avaliação atuarial de 2016.

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo da patrocinadora do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que a empresa estima que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

O estudo realizado em 2015 indicou que a taxa de projeção de crescimento real de salários ao longo da carreira estava entre 2,02% a.a. e 2,86%a.a. com média convergindo para 2,43% a.a., nos três anos analisados. Desta forma, as patrocinadoras optaram por alterar a hipótese de crescimento real dos salários de 1,00% para 2,43%a.a..

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resoluçã

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses. A adoção de um fator de 98% reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 4,5%.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, foram realizados estudos de aderência das hipóteses em 2015, que encontram-se válidos em 2016.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

Os benefícios/institutos do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV são avaliados pelo regime financeiro de Capitalização e pelo método Agregado.

COMENTÁRIOS SOBRE MÉTODOS ATUARIAIS

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterado pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

Na presente avaliação foi mantido o regime financeiro e o método atuarial utilizados na avaliação atuarial de 2015.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social é de R$ 292.424.871,57.

De acordo com as informações prestadas pela Brasiletros para a manutenção dos títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV possui instrumentos de controle que permitem gerenciar o monitoramento da capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do Plano de Benefícios, conforme determina a Resolução CGPC nº 04/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do plano de benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros.

IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	Valores R$
Patrimônio de Cobertura do Plano	285.631.964,27
Provisões Matemáticas	280.173.075,16
1 - Benefícios Concedidos	211.165.458,78
1.1 - Contribuição Definida	1.514.308,88
1.2 - Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	209,651,149.90
1.2.1 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	193,222,017.90
1.2.2 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	16,429,132.00
2 - Benefícios Concedidos	161,623,788.91
2.1 - Contribuição Definida	147.278.816,74
2.1.1 - Saldo de Contas – Parcela Patrocinadores	82.370.092,06
2.1.2 - Saldo de Contas – Parcela Participantes	64.908.724,68
2.2 - Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	13.039.892,17
2.2.1 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	13.039.892,17
2.2.2 - Valor Atual das Contribuições Futuras da Patrocinadora	0,00
2.2.3 - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3 - Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.305.080,00
2.3.1 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.305.080,00
2.3.2 - Valor Atual das Contribuições Futuras da Patrocinadora	0,00
2.3.3 - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
3 - Provisão Matemática a Constituir	(92.616.172,53)
3.1 - Serviço Passado	0,00
3.1.1 - Patrocinadora	(92.616.172,53)
3.1.2 - Participantes	(92.616.172,53)
3.1.3 - Assistidos	0,00
3.2 - Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
3.2.1 - Patrocinadora	0,00
3.2.2 - Participantes	0,00
3.2.3 - Assistidos	0,00

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	Valores R$
Equilíbrio Técnico	**5.458.889,11**
4 - Resultados Realizados	5.458.889,11
4.1 - Superavit Técnico Acumulado	5.458.889,11
4.2 - Deficit Técnico Acumulado	0,00
Fundos	**6.792.907,30**
5 - Fundos Previdenciais	2.151.142,71
5.1 - Reversão de Saldo por exigência Regulamentar	1.566.485,39
5.2 - Fundo de Cobertura da Conta Coletiva de Risco	584.657,32
6 - Fundo Administrativo	4.513.640,55
7 - Fundos de Investimentos	128.124,04

O valor das Provisões Matemáticas a Constituir alocado na conta Deficit Equacionado de R$92.616.172,53 foi informado pela Brasiletros, conforme definido nos contratos de confissão de dívida e no Plano de Equacionamento de Deficit.

Deste valor, R$10.060.558,95 corresponde ao saldo remanescente, em 31/12/2016, do Contrato de Financiamento do acréscimo nas provisões matemáticas do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, para compensação do efeito da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5%a.a. para 0%a.a., em decorrência da determinação da Resolução CGPC no18, de 28/03/2006, referente aos participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Niterói – STIEEN e o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro – SENGE/RJ , firmado em 30/04/2013 e os participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense – STIEENNF, firmado em 07/08/2012. Este valor deverá ser integralizado pela patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A..

Outros R$81.834.009,50 correspondem ao montante necessário, em 31/12/2016, para equacionar o resultado deficitário do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV apurado em 31/12/2014, de responsabilidade da patrocinadora AMPLA, conforme contrato de confissão de dívida firmado em 30/01/2015 entre a mesma e a Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros.

Os R$721.604,08 restantes correspondem ao montante necessário, em 31/12/2016, para equacionar o resultado deficitário do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV apurado em 31/12/2014, de responsabilidade das patrocinadoras ENEL e Brasiletros, sendo R$395.121,94 referente à patrocinadora Enel e R$326.482,14 referente à patrocinadora Brasiletros, conforme Plano de Equacionamento do Deficit aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O valor total alocado na conta Deficit Equacionado será ajustado mensalmente pelo índice INPC, acrescido da taxa de juros e amortizado mediante o pagamento de contribuições extraordinárias à Brasiletros pelas patrocinadoras Ampla Energia e Serviços S.A., Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros e ENEL Brasil S.A.. O valor das prestações de amortização serão revistas ao final de cada exercício, em função dos eventuais ganhos ou perdas observadas nas avaliações atuariais.

Em 31/12/2016 foi apurado um superavit de R$ 5.458.889,11. A principal causa do superavit foi a rentabilidade do plano acima da meta atuarial (INPC + 5,50%). O Fundo de Reversão de Contribuição encontra-se registrado na Conta Fundo Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, conforme Plano de Contas, e é constituído com a parcela do Saldo de conta Total de Participante que não foi destinada ao pagamento de benefícios e institutos. Os valores serão destinados pelo Conselho Deliberativo e deverão estar embasados no Plano de Custeio Anual e Parecer do Atuário, além de observar os dispositivos legais vigentes. O Fundo de Cobertura da Conta Coletiva de Risco é constituído com o excesso acumulado na Conta Coletiva para cobertura dos Benefícios de Invalidez e Morte do Ativo em relação ao Valor Presente dos Benefícios correspondentes. O Fundo será incrementado com os ganhos e perdas atuariais.

V - AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

De acordo com o artigo no 28 - A da Resolução CGPC no 26/2008, incluído pela Resolução no16/2014, o valor do Ajuste de Precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento de deficit.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,50% a.a.), e o valor contábil desses títulos.

O valor do ajuste de precificação informado pela Brasiletros para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV em 31/12/2016 é positivo de valor igual a R$ 2.599.491,31.

DEMONSTRATIVO DO ATIVO LÍQUIDO	Valores em R$
Equilíbrio Técnico	**5.458.889,11**
Ajuste de Precificação	**2.599.491,31**
Equilíbrio Técnico Ajustado	**8.058.380,42**

Considerando a existência do Contrato de Dívida e Plano de Equacionamento de Deficit e de forma conservadora, foi registrado pela Willis Towers Watson na Provisão Matemática a Constituir e incorporado ao saldo devedor do plano, a parcela do ganho do exercício atribuível às patrocinadoras ao invés do Equilíbrio Técnico Ajustado positivo apurado no exercício.

De acordo com a Instrução Previc no 32 de 02/09/2016, promoveu-se a segregação do ganho indentificando a parcela atribuida aos participantes e às patrocinadoras, considerando a proporção contributiva do período em que se deu a constituição do equilíbrio técnico ajustado positivo.

Desta forma, de acordo com o Parecer da Previc nº 156/2014/CONJUR-MPS/CGU/AGU publicado no D.O.U de 8/04/2014, o superavit encontrado foi proporcionalizado entre as contribuições normais, incluindo as contribuições administrativas, realizadas por participantes e patrocinadoras no ano de 2016, conforme tabela abaixo:

CONTRIBUIÇÕES NORMAIS	Patrocinadoras	Participantes	Total
Reais (R$)	5.654.722,82	5.222.084,29	10.876.807,11
Percentual (%)	51,99%	48,01%	100%

Assim, do superavit de R$5.458.889,11, utilizou-se para redução do saldo devedor do deficit contratado, o valor atribuido às patrocinadoras de 51,99% (R$2.838.076,45) como um ganho atuarial, conforme definido no contrato de confissão de dívida e no Plano de Equacionamento de Deficit, com cláusula de revisão atuarial.

Este ganho de R$2.838.076,45 foi então proporcionalizado entre as patrocinadoras, identificando a parte de cada uma. A proporção considera para os benefícios concedidos a parcela de benefício definido do plano e para os benefícios a conceder os saldos com garantia de renda vitalícia. Seguem os valores das patrocinadoras no quadro abaixo:

PATROCINADORAS	Ampla	Enel	Brasiletros	Total
Total	2.792.231,99	22.641,13	23.203,33	2.838.076,45

A parcela de responsabilidade da patrocinadora AMPLA (R$ 698.351,16 referente a benefícios a conceder e R$ 2.093.880,83 referente a benefícios concedidos) será tratada com um ganho atuarial, conforme definido no contrato de confissão de dívida, com revisão atuarial, firmado em 2014 entre a AMPLA e a Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros.

As parcelas referentes às patrocinadoras ENEL e Brasiletros serão utilizada para reduzir o saldo devedor dos Planos de Equacionamento de Deficit de suas responsabilidades.

A parcela do superavit atribuível aos participantes no valor de R$2.620.812,66, cuja situação está em análise pela Previc, será alocada em Reserva de Contingência e terá um acompanhamento gerencial a parte, sendo reajustada mensalmente pela inflação.

Ajustando a Provisão Matemática a Constituir com o ganho atuarial ocorrida no exercício de 2016, a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	Valores R$
Patrimônio de Cobertura do Plano	285.631.964,27
Provisões Matemáticas	283.011.151,61
1 - Benefícios Concedidos	211.165.458,78
1.1 - Contribuição Definida	1.514.308,88
1.2 - Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	209,651,149.90
1.2.1 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	193,222,017.90
1.2.2 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	16,429,132.00
2 - Benefícios Concedidos	161,623,788.91
2.1 - Contribuição Definida	147.278.816,74
2.1.1 - Saldo de Contas – Parcela Patrocinadores	82.370.092,06
2.1.2 - Saldo de Contas – Parcela Participantes	64.908.724,68
2.2 - Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	13.039.892,17
2.2.1 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	13.039.892,17
2.2.2 - Valor Atual das Contribuições Futuras da Patrocinadora	0,00
2.2.3 - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3 - Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.305.080,00
2.3.1 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.305.080,00
2.3.2 - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.3 - Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
3 - Provisão Matemática a Constituir	(89.778.096,08)
3.1 - Serviço Passado	0,00
3.2 - Deficit Equacionado	(92.616.172,53)
3.2.1 - Patrocinadora	(92.616.172,53)
3.2.2 - Participantes	0,00
3.2.3 - Assistidos	0,00
3.2 - Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	2.838.076,45
3.2.1 - Patrocinadora	2.838.076,45
3.2.2 - Participantes	0,00
3.2.3 - Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	**2.620.812,66**
4 - Resultados Realizados	2.620.812.66
4.1 - Superavit Técnico Acumulado	2.620.812,66
4.2 - Deficit Técnico Acumulado	0,00
Fundos	**6.792.907,30**
5 - Fundos Previdenciais	2.151.142,71
5.1 - Reversão de Saldo por exigência Regulamentar	1.566.485,39
5.2 - Fundo de Cobertura da Conta Coletiva de Risco	584.657,32
6 - Fundo Administrativo	4.513.640,55
7 - Fundos de Investimentos	128.124,04

O valor de R$2.838.076,45 foi alocado na conta Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias e será adicionado à conta de Deficit Equacionado, em 01/01/2017, como um ganho atuarial, conforme definido em Contrato de Confissão de Dívida e Plano de Equacionamento de Deficit.

VI – VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro abaixo apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial evoluído do Balancete de 31/12/2016.

Convém ressaltar que apenas 0,81% (R$1.305.080,00) do Passivo Atuarial de Benefícios a Conceder de R$ 161.623.788,91 é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativa aos benefícios de risco. Os 99,19% restantes (R$ 160.318.708,91) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e do patrocinador e do saldo de conta correspondente à compensação da alteração da hipótese de Crescimento Real de Benefício (Lag Negativo) dos participantes que ainda não estão em gozo de benefício, cujas informações são de inteira responsabilidade da Brasiletros.

Do Passivo Atuarial de Benefícios Concedidos (R$211.165.458,78), 99,28% é atuarialmente determinado com base nas hipóteses indicadas e corresponde à parcela das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos relativa às rendas vitalícias.

Considerando que a variação entre o passivo atuarial evoluído e o passivo atuarial reavaliado foi menor que 1%, entendemos que o passivo variou dentro do esperado.

VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL	Exercício Encerrado	Balancete de 31/12/2016	Variação em %
Passivo Atuarial	372.789.247,69	372.173.938,89	0,17%
Benefícios Concedidos	211.165.458,78	210.730.110,94	0,21%
Benefícios a Conceder	161.623.788,91	161.443.827,95	0,11%

VII – PLANO DE CUSTEIO

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, o patrocinador e os participantes ativos deverão efetuar as contribuições resultantes das aplicações das taxas de custeio indicadas neste parecer sobre os salários de participação.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, deverão ser mantidas as contribuições equivalentes a aplicação das taxas previstas no plano de custeio de 2016 sobre os salários reais de contribuição e no período de abril de 2017 a março de 2018 deverão vigorar as novas taxas de custeio, conforme indicado abaixo:

PATROCINADORAS

Contribuições Normais

Devido à existência de recursos suficientes na Conta Coletiva para cobertura dos Benefícios de Invalidez e Morte do Ativo, não há custo atuarial previsto para este componente.

As patrocinadoras deverão efetuar as contribuições normais definidas no item B.5.2 do regulamento do plano, estimadas em 4,89% da folha de salário real de contribuição de todos os participantes ativos não elegíveis.

Contribuições Extraordinárias

Patrocinadora AMPLA

- **Contrato Lag Negativo**

A patrocinadora AMPLA deverá efetuar a contribuição extraordinária, apurada em 31/12/2016, equivalente a 2,17% da folha de salário real de contribuição de todos os seus participantes ativos, para compensação da alteração da hipótese de Crescimento Real de Benefício (Lag Negativo), conforme Contrato de Financiamento do acréscimo nas provisões matemáticas do Plano de Contribuição Variável – PACV.

- **Contrato Deficit Equacionado**

A parcela do deficit equacionado atribuível à patrocinadora AMPLA corresponde a R$79.041.777,51, em 31/12/2016, sendo R$81.834.009,50 referente ao deficit equacionado de 2015 evoluído para 31/12/2016 e R$2.792.231,99 referente ao ganho atuarial apurado em 2016.

Para amortização deste deficit, a AMPLA deverá efetuar a contribuição extraordinária, apurada em 31/12/2016, no valor de R$ 8.073.998,68, equivalente a 9,13% da folha de salário real de contribuição de todos os seus participantes ativos, conforme estabelecido em contrato de confissão de dívida firmado entre a AMPLA e a Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros.

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar será utilizado para pagamento desta contribuição extraordinária, enquanto houver recursos.

Patrocinadora BRASILETROS

A parcela do deficit equacionado atribuível à patrocinadora BRASILETROS é de R$303.278,81, em 31/12/2016, sendo R$326.482,14 referente ao deficit equacionado de 2015 evoluído para 31/12/2016 e R$23.203,33 referente ao ganho atuarial apurado em 2016.

Para amortização deste deficit, a Brasiletros deverá efetuar a contribuição extraordinária no valor de R$30.979,47, que equivale a 1,30% da folha de salário real de contribuição de todos os seus participantes ativos, conforme estabelecido no Plano de Equacionamento do Deficit.

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar será utilizado para pagamento desta contribuição extraordinária, enquanto houver recursos.

Patrocinadora ENEL

A parcela do deficit equacionado atribuível à patrocinadora ENEL é de R$372.480,81, em 31/12/2016, sendo R$395.121,94 referente ao deficit equacionado de 2015 evoluído para 31/12/2016 e R$22.641,13 referente ao ganho atuarial apurado em 2016.

Para amortização deste deficit, a ENEL deverá efetuar a contribuição extraordinária no valor de R$38.048,35, que equivale a 0,60% da folha de salário real de contribuição de todos os seus participantes ativos, conforme estabelecido no Plano de Equacionamento do Deficit.

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar será utilizado para pagamento desta contribuição extraordinária, enquanto houver recursos.

PARTICIPANTES

Os participantes deverão efetuar as contribuições normais definidas no item B.5.1 regulamento do plano, estimadas em 5,13% do seu salário.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Conforme orçamento informado pela Fundação Brasiletros, as despesas administrativas de 2017 em valor equivalente a R$1.321.000,00 serão custeadas através das contribuições de 1,51% da folha de salário real de contribuição de participantes ativos não elegíveis.

AUTOPATROCINADOS

O participante autopatrocinado, assume, além da sua contribuição normal, as despesas administrativas de 1,51% do seu salário real de contribuição.

VIII - CONCLUSÃO

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, administrado pela Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros , informamos que o plano encontra-se em conformidade com os princípios geralmente aceitos e financeiramente equilibrado, uma vez que além das contribuições normais, as patrocinadoras efetuam contribuições extraordinárias para equacionamento da Provisão Matemática a Constituir – Deficit Equacionado, conforme Contrato de dívida e Plano de Equacionamento de Deficit.

Este parecer atuarial foi elaborado para Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Brasiletros em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 06 de março de 2017

Adriana Gomes Rodrigues

MIBA nº 992

Felinto Sernache Coelho Filho

MIBA nº 570

+DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NEM TUDO O QUE PODE SER CONTADO CONTA, E NEM TUDO O QUE CONTA PODE SER CONTADO.

ALBERT EINSTEIN
FÍSICO E HUMANISTA ALEMÃO, AUTOR DA TEORIA DA RELATIVIDADE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e às Patrocinadoras da Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros - Rio de Janeiro - RJ

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e a respectivademonstração consolidada da mutação do patrimônio social, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração das mutações do ativo líquido, do ativo líquido, das obrigações atuariais dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade, planos individuais ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/F-6

Marcelo Felipe L. de Sá

Contador CRC-1RJ 094.644/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

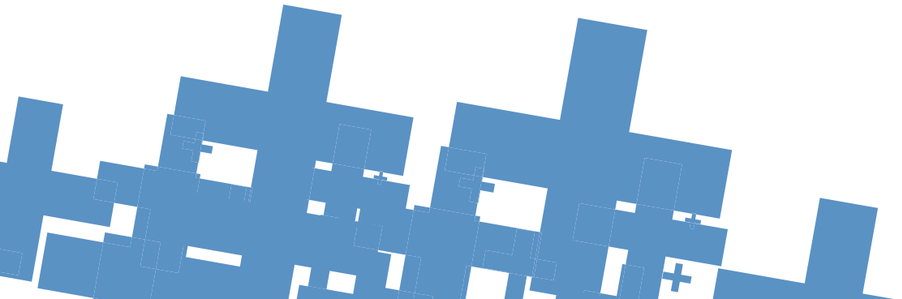
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

ATIVOS	2016	2015
Disponível	146	152
Realizável	1.072.072	984.524
Gestão previdencial (Nota 4)	54.331	41.455
Gestão administrativa (Nota 5)	588	607
Investimentos	1.017.153	942.462
Fundos de investimentos (Nota 6.1)	900.893	820.749
Investimentos imobiliários (Nota 6.2)	111.907	117.151
Empréstimos e financiamentos imobiliários (Nota 6.3)	4.353	4.519
Depósitos judiciais/recursais (Nota 6.6)	-	43
Permanente	294	195
Imobilzado	294	195
TOTAL DO ATIVO	**1.072.512**	**984.871**

PASSIVO	2016	2015
Exigível operacional (Nota 7)	3.021	2.543
Gestão previdencial	2.248	1.774
Gestão administrativa	760	751
Investimentos	13	18
Exigível contingencial (Nota 8)	165.466	155.292
Gestão previdencial	164.810	154.823
Gestão administrativa	647	-
Investimentos	9	469
Patrimônio social	904.025	827.036
Patrimônio de cobertura do plano (Nota 9)	875.261	797.130
Provisões matemáticas	872.640	797.130
Benefícios concedidos	1.046.676	981.334
Benefícios a conceder	164.285	161.797
(-) Provisão matemática a constituir	(338.321)	(346.001)
Equilíbrio técnico	2.621	-
Resultados realizados	2.621	-
Superávit técnico acumulado	2.621	-
Fundos (Nota 12)	28.764	29.906
Fundos previdenciais	21.023	21.559
Fundos administrativos	7.103	7.836
Fundos de investimentos	638	511
TOTAL DO PASSIVO	**1.072.512**	**984.871**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
A) - Patrimônio social - início do exercício	827.036	749.400	10,36
1. Adições	209.060	170.952	22,29
(+) Contribuições previdenciais	71.393	63.960	11,62
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial (Nota 6.4)	129.649	22.944	465,07
(+) Reversão líquida de contingências - gestão previdencial	-	76.534	(100,00)
(+) Receitas administrativas	6.916	6.469	6,91
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa (Nota 6.4)	975	899	8,45
(+) Constituição de fundo de investimento	127	146	(13,01)
2. Destinações	(132.071)	(93.318)	41,53
(-) Benefícios	(100.091)	(86.574)	15,61
(-) Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	(23.356)	-	100,00
(-) Despesas administrativas	(7.974)	(6.744)	18,24
(-) Constituição de contingências - gestão administrativa	(650)	-	100,00
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	76.989	77.634	(0,83)
(+/-) Provisões matemáticas	75.509	46.989	60,69
(+/-) Superávit técnico do exercício	2.621	31.559	(91,69)
(+/-) Fundos previdenciais	(536)	(1.684)	(68,17)
(+/-) Fundos administrativos	(733)	624	(217,47)
(+/-) Fundos dos investimentos	128	146	(12,33)
4. Operações transitórias	-	-	-
B) - Patrimônio social - final do exercício (A+3+4)	904.025	827.036	9,31

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
A) - Ativo líquido - início do exercício	564.338	485.483	16,24
1. Adições	209.060	170.952	22,29
(+) Contribuições previdenciais	58.216	54.860	6,12
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial (Nota 6.4)	87.461	18.862	363,69
(+) Reversão líquida de contingências - gestão previdencial	-	76.637	(100,00)
2. Destinações	(101.514)	(71.504)	41,97
(-) Benefícios	(75.632)	(69.439)	8,92
(-) Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	(23.998)	-	100,00
(-) Custeio administrativo	(1.884)	(2.065)	(8,77)
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	44.163	78.855	(43,99)
(+/-) Provisões matemáticas	44.383	46.447	(4,44)
(+/-) Fundos previdenciais	(220)	849	(125,91)
(+/-) Superávit técnico do exercício	-	31.559	(100,00)
4. Operações transitórias	-	-	-
B) - Ativo líquido - final do exercício (A+3+4)	608.501	564.338	7,83
B) - Fundos não previdenciais	3.099	3.734	(17,01)
(+/-) Fundos administrativos	2.589	3.315	(21,90)
(+/-) Fundos dos investimentos	510	419	21,72

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
A) - Ativo líquido - início do exercício	254.352	256.342	(0,78)
1. Adições	59.518	16.512	260,45
(+) Contribuições previdenciais	16.689	12.430	34,26
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial (Nota 6.4)	42.188	4.082	933,51
(+) Reversão líquida de contingências - gestão previdencial	641	-	100,00
2. Destinações	(26.086)	(18.502)	40,99
(-) Benefícios	(24.459)	(17.135)	42,74
(-) Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	-	(101)	(100,00)
(-) Custeio administrativo	(1.628)	(1.266)	28,59
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	33.431	(1.990)	(1.779,95)
(+/-) Provisões matemáticas	31.126	542	5.642,80
(+/-) Fundos previdenciais	(316)	(2.532)	(87,52)
(+/-) Superávit técnico do exercício	2.621	-	100,00
4. Operações transitórias	-	-	-
B) - Ativo líquido - final do exercício (A+3+4)	287.783	254.352	13,14
B) - Fundos não previdenciais	4.642	4.613	0,63
(+/-) Fundos administrativos	4.514	4.521	(0,15)
(+/-) Fundos dos investimentos	128	92	39,13

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos	777.826	723.960	7,44
Disponível	49	54	(9,26)
Recebível	55.480	43.262	28,24
Investimento	722.297	680.643	6,12
Fundos de investimentos	607.895	561.023	8,35
Investimentos imobiliários	111.907	117.151	(4,48)
Empréstimos e financiamentos	2.495	2.426	2,84
Depósitos judiciais/recursais	-	43	(100,00)
2. Obrigações	166.226	155.888	6,63
Operacional	1.709	1.537	11,19
Contingencial	164.517	154.351	6,59
3. Fundos não previdenciais	3.099	3.734	(17,01)
Fundos administrativos	2.589	3.315	(21,90)
Fundos dos investimentos	510	419	21,72
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	608.501	564.337	7,83
Provisões matemáticas	589.629	545.245	8,14
Fundos previdenciais	18.872	19.092	(1,15)
6. Apuração do equilíbrio técnico ajustado (Nota 14)	-	-	-
a) Equilíbrio técnico	-	-	-
b) (+/-) Ajuste de precificação	23.708	-	100,00
c) (+/-) Equilíbrio técnico ajustado = (a-b)	23.708	-	100,00

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos	293.277	260.158	12,73
Disponível	67	40	67,50
Recebível	5.954	6.029	(1,24)
Investimento	287.256	254.089	13,05
Fundos de investimentos	285.398	251.996	13,25
Empréstimos e financiamentos	1.858	2.093	(11,23)
2. Obrigações	852	1.194	(28,64)
Operacional	551	253	117,79
Contingencial	301	941	(68,01)
3. Fundos não previdenciais	4.642	4.613	0,63
Fundos administrativos	4.514	4.521	(0,15)
Fundos dos investimentos	128	92	39,13
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	287.783	254.352	13,14
Provisões matemáticas	283.011	251.885	12,36
Superávit técnico	2.621	-	100,00
Fundos previdenciais	2.151	2.467	(12,81)
6. Apuração do equilíbrio técnico ajustado (Nota 14)	-	-	-
a) Equilíbrio técnico	2.621	-	100,00
b) (+/-) Ajuste de precificação	2.599	-	100,00
c) (+/-) Equilíbrio técnico ajustado = (a-b)	5.220	-	100,00

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	775.238	720.644	7,58
1. Provisões matemáticas	589.629	545.245	8,14
1.1 - Benefícios concedidos	835.511	796.273	4,93
Benefício definido	835.511	796.273	4,93
1.2 - Benefícios a conceder	2.661	2.677	(0,60)
Benefício definido	2.661	2.677	(0,60)
1.3 - (-) Provisões matemáticas a constituir (Nota 11.1)	(248.543)	(253.705)	(2,03)
(-) Serviço passado	(92.736)	(101.022)	(8,20)
(-) Patrocinadores	(92.736)	(101.022)	(8,20)
(-) Déficit equacionado	(139.033)	(176.823)	(21,37)
(-) Patrocinadores	(139.033)	(176.823)	(21,37)
(+) Por ajuste das contribuições extraordinárias (Nota 9.b)	(16.774)	24.140	(169,49)
(+) Patrocinadores	(16.774)	24.140	(169,49)
2. Equilíbrio técnico	-	-	-
3. Fundos	19.382	19.511	(0,66)
3.1 - Fundos previdenciais	18.872	19.092	(1,15)
3.2 - Fundos de investimentos - gestão previdencial	510	419	21,72
4. Exigível operacional	1.709	1.537	11,19
4.1 - Gestão previdencial	1.700	1.528	11,26
4.2 - Investimentos - gestão previdencial	9	9	-
5. Exigível contingencial	164.518	154.351	6,59
5.1 - Gestão previdencial	164.509	153.882	6,91
5.2 - Investimentos - gestão previdencial	9	469	(98,08)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	288.763	255.638	12,96
1. Provisões matemáticas	283.011	251.885	12,36
1.1 - Benefícios concedidos	211.165	185.061	14,11
Contribuição definida	1.514	299	406,35
Benefício definido	209.651	184.762	13,47
1.2 - Benefícios a conceder	161.624	159.120	1,57
Contribuição definida	147.279	143.273	2,80
Saldo de contas - parcela patrocinadores	82.370	82.428	(0,07)
Saldo de contas - parcela participantes	64.909	60.845	6,68
Benefício definido	14.345	15.847	(9,48)
Regime de capitalização não programado	1.305	1.304	0,08
Regime de capitalização programado	13.040	14.543	(10,33)
1.3 - (-) Provisões matemáticas a constituir (Nota 11.2 e 11.3)	(89.778)	(92.296)	(2,73)
(-) Déficit equacionado	(92.616)	(64.419)	43,77
(-) Patrocinadores	(92.616)	(64.419)	43,77
(-) Por ajuste das contribuições extraordinárias (Nota 9.b)	2.838	(27.877)	(110,18)
(-) Patrocinadores	2.838	(27.877)	(110,18)
2. Equilíbrio técnico (Nota 9.b)	2.621	-	100,00
2.1 - Resultados realizados	2.621	-	100,00
Superávit técnico acumulado	2.621	-	100,00
Reserva de contingência	2.621	-	100,00
3. Fundos	2.279	2.559	(10,94)
3.1 - Fundos previdenciais	2.151	2.467	(12,81)
3.2 - Fundos de investimentos - gestão previdencial	128	92	39,13
4. Exigível operacional	551	253	117,79
4.1 - Gestão previdencial	548	246	122,76
4.2 - Investimentos - gestão previdencial	3	7	(57,14)
5. Exigível contingencial	301	941	(68,01)
5.1 - Gestão previdencial	301	941	(68,01)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL - BRASILETROS

Demonstração do plano de gestão administrativa consolidado - PGA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	7.836	7.212	8,65
1. Custeio da gestão administrativa	7.891	7.368	7,10
1.1. Receitas (Nota 13.a)	7.891	7.368	7,10
Custeio administrativo da gestão previdencial	3.512	3.330	5,47
Custeio administrativo dos investimentos	3.368	3.106	8,44
Taxa de administração de empréstimo e financiamentos	29	31	(6,45)
Resultado positivo líquido dos investimentos (Nota 6.4)	975	899	8,45
Outras receitas	7	2	-
2. Despesas administrativas	(8.624)	(6.744)	27,88
2.1. Administração previdencial	(5.065)	(4.383)	15,56
Pessoal e encargos (Nota 13.b)	(2.517)	(2.379)	5,80
Treinamentos/congressos e seminários	(22)	(32)	(31,25)
Viagens e estadias	(34)	(27)	25,93
Serviços de terceiros (Nota 13.c)	(1.495)	(1.465)	2,05
Despesas gerais	(414)	(210)	97,14
Depreciações e amortizações	(28)	(23)	21,74
Contingências	(327)	-	100,00
Tributos	(228)	(247)	(7,69)
2.2. Administração dos investimentos	(3.559)	(2.361)	50,74
Pessoal e encargos (Nota 13.b)	(1.980)	(1.494)	32,53
Treinamentos/congressos e seminários	(17)	(17)	-
Viagens e estadias	(36)	(17)	111,76
Serviços de terceiros (Nota 13.c)	(623)	(417)	49,40
Despesas gerais	(324)	(146)	121,92
Depreciações e amortizações	(28)	(23)	21,74
Contingências	(323)	-	-
Tributos	(228)	(247)	(7,69)
3. Resultado negativo dos investimentos	-	-	-
4. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1+2+3)	(733)	624	(217,47)
5. Constituição/reversão do fundo administrativo (4)	(733)	624	(217,47)
6. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	7.103	7.836	(9,35)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL - BRASILETROS

Demonstração do plano de gestão administrativa benefícios - Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	3.315	3.404	(2,61)
1. Custeio da gestão administrativa	4.757	4.955	(4,00)
1.1. Receitas	4.757	4.955	(4,00)
Custeio administrativo da gestão previdencial	1.884	2.065	(8,77)
Custeio administrativo dos investimentos	2.450	2.417	1,37
Taxa de administração de empréstimo e financiamentos	16	18	(11,11)
Resultado positivo líquido dos investimentos	402	454	(11,45)
Outras receitas	5	1	-
2. Despesas administrativas	(5.483)	(5.044)	8,70
2.1. Administração previdencial	(2.874)	(3.312)	(13,22)
Despesas comuns	(2.330)	(2.728)	(14,59)
Despesas específicas	(544)	(584)	(6,85)
Serviços de terceiros	(502)	(544)	(7,72)
Despesas gerais	(12)	(10)	20,00
Tributos	(30)	(30)	-
2.2. Administração dos investimentos	(2.609)	(1.732)	50,64
Despesas comuns	(2.563)	(1.703)	50,50
Despesas específicas	(46)	(29)	58,62
Viagens e estadias	(2)	-	100,00
Serviços de terceiros	(12)	(2)	500,00
Despesas gerais	(2)	3	(166,67)
Tributos	(30)	(30)	-
3. Resultado negativo dos investimentos	-	-	-
4. Insuficiência da gestão administrativa (1+2+3)	(726)	(89)	715,73
5. Reversão do fundo administrativo (4)	(726)	(89)	715,73
6. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	2.589	3.315	(21,90)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL - BRASILETROS

Demonstração do plano de gestão administrativa - Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	4.521	3.808	18,72
1. Custeio da gestão administrativa	3.134	2.413	29,88
1.1. Receitas	3.134	2.413	29,88
Custeio administrativo da gestão previdencial	1.628	1.266	28,59
Custeio administrativo dos investimentos	918	689	33,24
Taxa de administração de empréstimo e financiamentos	13	13	0,00
Resultado positivo líquido dos investimentos	573	445	28,76
Outras receitas	2	-	100,00
2. Despesas administrativas	(3.141)	(1.700)	84,76
2.1. Administração previdencial	(2.191)	(1.071)	104,58
Despesas comuns	(2.065)	(1.009)	104,66
Despesas específicas	(126)	(62)	103,23
Serviços de terceiros	(114)	(50)	128,00
Tributos	(12)	(12)	-
2.2. Administração dos investimentos	(950)	(629)	51,03
Despesas comuns	(938)	(612)	53,27
Despesas específicas	(12)	(17)	(29,41)
Serviços de terceiros	-	(2)	(100,00)
Despesas gerais	-	(3)	(100,00)
Tributos	(12)	(12)	-
3. Resultado negativo dos investimentos	-	-	-
4. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1+2)	(7)	713	(100,98)
5. Constituição/reversão do fundo administrativo (3)	(7)	713	(100,98)
6. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+4)	4.514	4.521	(0,15)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros ("Fundação" ou "Brasiletros") é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 23 de março de 1972, de acordo com autorização de funcionamento concedida pelo Ministério da Previdência - MPAS, através da Portaria nº 1.549 datada de 17 de maio de 1979.

A Fundação é dotada de autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo instituir e manter planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Nos termos da legislação em vigor, a fonte de custeio dos planos são exclusivamente as contribuições dos participantes e das patrocinadoras. As referidas contribuições formam as reservas necessárias para garantia do pagamento dos benefícios contratados.

As operações da Fundação são fiscalizadas pelo Ministério da Previdência Social, por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. Estão, assim, sujeitas ao exame do referido órgão, que defende e protege os interesses dos participantes e beneficiários, todos os atos dessas entidades, inclusive e, especialmente, o estatuto social e os regulamentos dos planos de benefícios que vinculam os participantes.

Os recursos arrecadados e os frutos decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

A Fundação mantinha até o exercício de 1998 um único plano, do tipo benefício definido, denominado Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA). Em 8 de janeiro de 1999, através do Ofício nº 15/SPC/CGOF/COJ, a Secretaria de Previdência Complementar, com base na Instrução nº 6 de 16 de junho de 1995, aprovou a implantação do novo Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida - PACD, cuja nomenclatura foi alterada para Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, após aprovação do Conselho Deliberativo em 21 de fevereiro de 2006, em cumprimento à Instrução Normativa SPC nº 9, de 17 de janeiro de 2006.

Plano de benefício	CNPB	Modalidade	Patrocinador
Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	1972000111	BD	Ampla Energia e Serviços S.A.
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	1999000374	CV	Ampla Energia e Serviços S.A. Brasiletros Enel Brasil S.A.

Plano de benefícios definidos - BD - PCA

O Plano de Complementação de Aposentadoria prevê em seu regulamento os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por Tempo de Contribuição.
- Aposentadoria Especial e do Ex-Combatente.
- Aposentadoria por Idade.
- Benefício Proporcional Diferido.
- Aposentadoria por Invalidez.
- Pensão por morte.

Este plano encontra-se em extinção desde 08 de janeiro de 1999, estando fechado a novas adesões de participantes.

Plano de contribuição variável - CV - PACV

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável prevê em seu regulamento os seguintes benefícios:

- Aposentadoria Normal.
- Aposentadoria Antecipada.
- Invalidez.
- Pensão por Morte.
- Benefício Proporcional Diferido.

Composição do quadro de participantes da Fundação:

	2016			2015		
Descrição	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Totais	2.023	1.750	3.773	2.041	1.838	3.879
Participantes ativos	2	1.006	1.008	2	1.152	1.154
Autopatrocinados	-	11	11	-	9	9
Diferidos	1	139	139	-	127	127
Assistidos	1.325	521	1.846	1.356	477	1.833
Pensionistas	696	73	769	683	73	756
Idade média	67	48	52	69	46	58
Participantes ativos	63	39	51	63	39	39
Autopatrocinados	-	38	38	-	41	41
Diferidos	-	40	40	-	40	40
Assistidos	71	63	67	70	63	68
Pensionistas	68	60	64	67	58	66

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Essas práticas contábeis são específicas para o segmento das entidades fechadas de previdência complementar. Como consequência, (I) não existe a segregação de ativos e passivos entre circulante e de longo prazo, (II) os investimentos estão contemplados no grupo "Ativo Realizável", (III) o "Ativo Permanente" abrange somente os bens utilizados na operação da Fundação e (IV) o grupo "Provisões Matemáticas" representa em valores presentes os compromissos assumidos pela Fundação junto aos seus participantes.

A segregação dos registros contábeis possui duas gestões distintas (previdencial e administrativa) e o fluxo de investimentos que é comum às gestões previdencial e administrativa.

As demonstrações financeiras e os quadros das notas explicativas estão apresentados em milhares de reais.

As informações consideradas relevantes então sendo divulgadas.

A Fundação não possui ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, na data do fechamento das suas demonstrações financeiras.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações que irão evidenciar:

- Balanço Patrimonial - De forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS - De forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos.
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício.
- Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.
- Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA - Por plano de benefício, o resultado da atividade administrativa da Fundação e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.

Cada Plano de Benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios PCA e PACV e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

A consolidação das Demonstrações Contábeis é efetuada utilizando um balancete auxiliar, cujo objetivo é anular a participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, os valores a pagar e a receber entre planos, superávits e déficits, dentre outros. No fechamento dos exercícios de 2016 e 2015 a Brasiletros efetuou a anulação da participação do fundo administrativo nos planos de benefícios em R$7.103 e R$7.836 respectivamente.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 22 de março de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Resultado das operações

Conforme legislação vigente, os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na apuração do resultado, são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente da sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e variações negativas pagas ou incorridas no mês correspondente. Apenas as contribuições de auto patrocinados são escrituradas no regime de caixa.

Gestão previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente (devidas pelas patrocinadoras e pelos participantes), as provisões de recebimento da contribuição sobre a folha de 13º salário e os valores depositados judicialmente relativos às contingências da gestão previdencial.

3.2. Ativo realizável

Gestão administrativa

Registra os direitos a receber, as despesas futuras, os adiantamentos concedidos a empregados e os valores a receber da taxa das Patrocinadoras.

Investimentos

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas seguintes categorias:

•Títulos para negociação:

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do exercício.

•Títulos mantidos até o vencimento:

Registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Fundação tenha intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A Política de Investimentos visa estabelecer as diretrizes de investimento para o longo prazo e tem como referência os Estudos de ALM - Asset Liability Management (Gestão de Ativos e Passivos). Revisões anuais no cenário macroeconômico podem ocorrer de forma a adequar a macroalocação nos segmentos de investimentos.

Os investimentos da Fundação estão alocados em fundos de investimento exclusivos e não exclusivos registrados pelo valor da cota na data do balanço distribuídos nos segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados. Uma parte dos recursos também está alocada nos segmentos de imóveis e operações com participantes.

Seguem os principais segmentos de investimentos:

a) Fundos de investimentos

a.1) Renda fixa

Os fundos classificados como "renda fixa" possuem, no mínimo 80% (oitenta por cento) da carteira em ativos relacionados diretamente, ou sintetizados, via derivativos, aos principais fatores de risco da carteira, que são a variação da taxa de juros doméstica ou de índice de inflação, ou ambos.

a.2) Ações

Os fundos classificados como "ações" devem possuir, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) da carteira em ações admitidas à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado ou em outros ativos autorizados na legislação.

a.3) Multimercado

Os fundos classificados como "multimercado" possuem políticas de investimento que envolvem diversos fatores de risco, combinando investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. Podem também utilizar instrumentos de derivativos para proteção de suas carteiras.

a.4) Participações

Fundo de Investimento em Participações (FIP), constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de membros do Conselho de Administração.

a.5) Imobiliário

Fundos Imobiliários são formados por grupos de investidores, com o objetivo de aplicar recursos, solidariamente, no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários ou em imóveis prontos. Do patrimônio de um fundo podem participar um ou mais imóveis, parte de imóveis, direitos a eles relativos, etc.

b) Investimentos imobiliários

São demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado, com base nos laudos de avaliação de empresa contratada.

Foi publicada no Diário Oficial da União a Instrução PREVIC nº 21, de 23 de março de 2015, que dispensa o registro da depreciação quando a reavaliação imobiliária tenha periodicidade inferior a um ano. A Fundação realiza pelo menos uma reavaliação anual de seus imóveis.

c) Empréstimos e financiamentos

c.1) Empréstimos

Os empréstimos são operações de mútuos concedidos aos seus participantes e assistidos.

Registram as operações de financiamentos imobiliários concedidos até dezembro de 1994 a participantes ativos e assistidos. Atualmente, o saldo apurado observa as renegociações em cobranças efetivadas pela Fundação conforme tratativas autorizadas pelo Conselho Deliberativo.

3.3. Permanente - imobilizado

Representado pelos bens de uso próprio, é demonstrado ao custo de aquisição deduzida a depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

- 10% móveis e utensílios
- 10% máquinas e equipamentos
- 10% instalações
- 10% sistema de comunicação
- 10% sistema de segurança
- 20% computadores e periféricos
- 25% refrigeradores e ventiladores

3.4. Exigível operacional

Gestão previdencial

Registra o valor da folha de benefícios a pagar e seu respectivo imposto de renda retido na fonte a recolher, o repasse para os sindicatos e para a patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. do plano médico e odontológico, dentre outros.

Gestão administrativa

Registra os valores a recolher de encargos sobre a folha de pagamento, a provisão de férias e seus respectivos encargos, as despesas a pagar de serviços de terceiros e os tributos.

Investimentos

Registra os serviços de terceiros contratados relativos aos imóveis, os tributos e os serviços relacionados à custódia.

3.5. Exigível contingencial

As provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base o Pronunciamento CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e considerando a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir prováveis perdas decorrentes desses processos (vide Nota Explicativa nº 8 - Exigível contingencial).

3.6. Exigível atuarial

As provisões matemáticas representam o total dos compromissos da Fundação com seus participantes ativos ou assistidos e as dívidas contratadas com as patrocinadoras, com cláusula de reajuste atuarial e calculadas por atuário externo (Towers Watson Consultoria Ltda.).

3.7. Operações administrativas

Atendendo à determinação da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e a Instrução da Secretararia de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são realizados no Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio segregado dos planos de benefícios.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas previdenciais e de investimento deduzidas das despesas comuns e das específicas da administração do previdencial e investimento, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefícios, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos. Para determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano de benefício, a Fundação utiliza o seguinte critério:

(a) Receitas: são debitadas aos planos de benefícios em conformidade com o plano de custeio vigente, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e de investimento conforme regulamento próprio do PGA.

(b) Despesas específicas: alocadas diretamente ao plano de benefícios e à gestão que as originou.

(c) Despesas comuns: Os custos administrativos são determinados proporcionalmente à participação operacional de cada área nos respectivos programas.

Esses custos da gestão previdencial e de investimentos representaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, respectivamente, 56,14% e 43,86% (61,76% e 38,24% em 2015) do total geral das despesas comuns.

O critério de rateio das despesas comuns entre planos foi definido em razão do número de participantes de cada plano, no caso da gestão previdencial. Sendo assim, foi utilizado 53% para o Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, e 47% para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV. No caso das despesas comuns do investimento, estas foram rateadas em razão dos recursos garantidores de cada plano na data da elaboração do orçamento, sendo 73% para o Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA e 27% para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV. No exercício de 2015 foi adotado somente o critério da posição dos recursos garantidores, sendo de 73% para o PCA e 27% para o PACV.

3.8. Premissas e estimativas contábeis

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da Administração são: provisão para demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis, valor de determinados instrumentos financeiros, valor dos ativos imobiliários, ativos intangíveis, definição da vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

	2016	2015
Patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A.	1.281	1.320
Contribuições normais do mês	1.281	1.320
Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	5	5
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	1.276	1.315
Patrocinadora Enel Brasil S.A.	45	-
Contribuições normais do mês	45	-
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	45	-
Depósitos judiciais	53.004	40.134
Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	52.884	39.942
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	120	192
Outros realizáveis	1	1
Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	1	1
Total realizável da gestão previdencial	54.331	41.455

As contribuições das patrocinadoras são registradas pelo regime de competência e recebidas até o quarto dia útil do mês subsequente. Apenas as contribuições de auto patrocinados são escrituradas no regime de caixa.

Os depósitos judiciais vinculados a processos envolvendo a gestão previdencial são atualizados pela variação da caderneta de poupança até a data do fechamento do balanço.

5. REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2016	2015
Contribuição taxa PGA	537	549
Despesas futuras	20	21
Adiantamento a empregados	4	37
Depósitos judiciais	27	-
Total realizável da gestão administrativa	588	607

6. INVESTIMENTOS

6.1. Fundos de investimentos

A composição da carteira de investimentos, segregada por plano, está demonstrada nas tabelas abaixo:

	2016				2015			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Fundos de investimentos								
Fundos de renda fixa								
Santander Brasil S.A.	-	-	-	-	265.088	70.622	-	335.710
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	778	519	-	1.297	1.423	949	-	2.372
Itaú Unibanco S.A.	5	-	-	5	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal	1.066	-	-	1.066	1.940	-	-	1.940
BEM DTVM Ltda.	416.105	159.579	-	575.684	-	-	-	-
Total dos fundos em renda fixa	417.954	160.098	-	578.052	268.451	71.571	-	340.022
Fundos de ações								
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	-	19.397	16.333	-	35.730
HSBC Bank Brasil S.A	-	-	-	-	40	-	-	40
INTRAG DTVM Ltda.	4.319	3.062	-	7.381	-	-	-	-
BEM DTVM Ltda.	-	19.357	-	19.357	-	-	-	-
Itaú Unibanco S.A.	-	-	-	-	2.282	1.618	-	3.900
Banco Fator S.A.	-	-	-	-	130	-	-	130
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	-	25.987	20.750	-	46.737
Sul América Investimentos DTVM S/A	2.585	3.159	-	5.744	2.271	2.999	-	5.270
JGP Gestão de Recursos Ltda.	-	-	-	-	20.099	16.437	-	36.536
BNY MELLON Serviços Financeiros DTVM S.A.	-	6.665	-	6.665	7.955	6.662	-	14.617
Total dos fundos em ações	6.904	32.243	-	39.147	78.161	64.799	-	142.960
Fundos multimercado								
HSBC Bank Brasil S.A.	-	-	-	-	29.353	-	-	29.353
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	-	-	-	-	-	72.659	-	72.659
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	-	137.170	-	-	137.170
Itaú Unibanco S.A.	-	-	-	-	36.734	36.389	7.730	80.853
BEM DTVM Ltda.	176.988	88.584	7.600	273.172	-	-	-	-
Total dos fundos multimercado	176.988	88.584	7.600	273.172	203.257	109.048	7.730	320.035

...

	2016				2015			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Fundo de direito creditório								
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	5.094	-	-	5.094
Total do fundo de direito creditório	-	-	-	-	5.094	-	-	5.094
Fundo de participações								
Caixa Econômica Federal	6.049	4.033	-	10.082	6.060	4.040	-	10.100
Total do fundo de participações	6.049	4.033	-	10.082	6.060	4.040	-	10.100
Fundos imobiliários								
Citibank DTVM S.A.	-	440	-	440	-	372	-	372
Rio Bravo Investimentos Ltda.	-	-	-	-	-	2.166	-	2.166
Total dos fundos imobiliários	-	440	-	440	-	2.538	-	2.538
Total dos fundos de investimentos	607.895	285.398	7.600	900.893	561.023	251.996	7.730	820.749

6.1.1 Composição da carteira

a) Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA

	2016						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	398.098	398.098	432.741	65,49%
Fundos de investimentos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	-	-	398.098	398.098	432.741	65,49%
Notas do Tesouro Nacional -NTN-B	-	-	-	398.098	398.098	432.741	65,49%
Títulos para negociação	115.935	10.850	4.607	78.406	209.798	209.798	34,51%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	101.133	10.850	4.607	78.406	194.996	194.996	32,08%
Debêntures	30	-	-	10.104	10.134	10.134	1,67%
Letras Financeiras	3.484	10.526	4.607	27.165	45.782	45.782	7,53%
Títulos públicos federais	98.510	324	-	41.137	139.971	139.971	23,03%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	39.347	39.347	39.347	6,47%
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	98.510	-	-	-	98.510	98.510	16,21%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	324	-	1.790	2.114	2.114	0,35%
Outros	(891)	-	-	-	(891)	(891)	(0,15%)
Fundos de investimentos não exclusivos	14.802	-	-	-	14.802	14.802	2,43%
Total	115.935	10.850	4.607	476.504	607.896	642.539	100,00%

	2015						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	398.098	398.098	432.741	65,49%
Fundos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	-	-	398.098	398.098	432.741	65,49%
Notas do Tesouro Nacional -NTN-B	-	-	-	398.098	398.098	432.741	65,49%
Títulos para negociação	110.683	869	30.993	281.337	423.882	423.882	75,56%
Fundos exclusivos							
Renda fixa	20.347	869	30.993	281.337	333.573	333.573	59,46%
CDB	1.469	-	-	12.320	13.789	13.789	2,46%
Debêntures	-	41	-	15.312	15.353	15.353	2,74%
Letras Financeiras	-	828	3.247	10.063	14.138	14.138	2,52%
Títulos públicos federais							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	141	18.141	18.282	18.282	3,26%
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	18.819	-	-	-	18.819	18.819	3,35%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	27.605	225.501	253.107	253.107	45,12%
Letras Financeiras do Tesouro- LFT O	14.060	-	-	-	14.060	14.060	2,51%
Outros	(13.975)	-	-	-	(13.975)	(13.975)	(2,49%)
Renda variável	17.067	-	-	-	17.067	17.067	3,04%
Ações	17.902	-	-	-	17.902	17.902	3, 19%
Outros	(835)	-	-	-	(835)	(835)	(0,15%)
Fundos de investimento s não exclusivos Outros	73.242	-	-	-	73.242	73.242	13,06%
Total	110.683	869	30.993	418.478	561.023	547.748	100,00%

No exercício de 2016, ocorreu um aumento de R$260.957 na posição alocada em NTN-B classificada como títulos "mantidos até o vencimento", registrados pelo valor da curva dos papéis e com taxa média de compra de 6,58% a.a. O aumento dos títulos nesta categoria de classificação foi definido no Estudo de Asset-Liability Management ("ALM") e aprovado na Política de Investimentos de 2016, que previa uma alocação em torno de 55% dos recursos do plano PCA.

No fundo não exclusivo BTG Pactual Emissões Primárias II CP, as debêntures de PDG Realty estão classificadas como títulos "mantidos até o vencimento". Porém, como esta emissão foi específica para este fundo (Emissões CVM nº 476 - Esforços Restritos) e não há liquidez neste ativo para negociações, não há precificação a mercado para esses títulos. Sendo assim, na tabela acima, o valor contábil deste ativo é igual ao valor de mercado e a participação da Fundação neste fundo está apresentada na linha fundos de investimentos não exclusivos.

b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV

	2016						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	104.997	104.997	106.181	36,79%
Fundos de investimentos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	-	-	104.997	104.997	106.181	36,79%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	104.997	104.997	106.181	36,79%
Título para negociação	86.689	5.436	2.306	85.970	180.401	180.401	63,21%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	50.034	5.436	2.306	85.970	143.746	143.746	50,37%
Debêntures	15	-	-	7.788	7.803	7.803	2,73%
Letras Financeiras	1.744	5.268	2.306	15.445	24.763	24.763	8,68%
Títulos públicos federais	48.713	168	-	62.737	111.618	111.618	39,11%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	19.693	19.693	19.693	6,90%
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	48.713	-	-	-	48.713	48.713	17,07%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	168	-	43.044	43.212	43.212	15,14%
Outros	(438)	-	-	-	(438)	(438)	(0,15%)
Renda variável	12.692	-	-	-	12.692	12.692	4,45%
Ações	12.664	-	-	-	12.664	12.664	4,44%
Outros	28	-	-	-	28	28	0,01%
Fundos de investimentos não exclusivos	23.963	-	-	-	23.963	23.963	8,40%
Total	86.689	5.436	2.306	190.967	285.398	286.582	100,00%

	2015						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Título para negociação	100.963	2.436	14.691	133.906	251.996	251.996	100,00%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	30.599	2.436	14.691	133.906	181.632	181.632	72,08%
CDB	5.122	-	-	3.252	8.404	8.404	3,34%
Debêntures	-	-	-	9.671	9.671	9.671	3,84%
Letras Financeiras	-	2.436	3.216	6.209	11.861	11.861	4,71%
Títulos públicos federais							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	18.432	18.432	18.432	7,31%
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	14.668	-	-	-	14.668	14.668	5,82%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	11.474	96.312	107.786	107.786	42,77%
Letra Financeira do Tesouro - LFT C	14.401	-	-	-	14.401	14.401	5,71%
Outros	(3.591)	-	-	-	(3.591)	(3.591)	1,43%
Renda variável	14.370	-	-	-	14.370	14.370	5,71%
Ações	15.073	-	-	-	15.073	15.073	5,98%
Outros	(703)	-	-	-	(703)	(703)	(0,28%)
Fundos de investimentos não exclusivos	55.993	-	-	-	55.993	55.993	22,22%
Total	100.963	2.436	14.691	133.906	251.996	251.996	100,00%

Em relação ao fundo não exclusivo BTG Pactual Emissões Primárias II CP, a situação é análoga ao PCA, conforme os comentários registrados no item anterior.

c) Plano de Gestão Administrativa - PGA

	2016						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos para negociação	3.986	466	198	2.950	7.600	7.600	100%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	3.986	466	198	2.950	7.600	7.600	100%
Debêntures	1	-	-	17	18	18	0,01%
Letras Financeiras	150	452	198	1.166	1.966	1.966	0,69%
Títulos públicos federais	3.872	14	-	1.767	5.653	5.653	1,98%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	1.690	1.690	1.690	0,59%
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	3.872	-	-	-	3.872	3.872	1,36%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	14	-	77	91	91	0,03%
Outros	37	-	-	-	37	37	(0,01%)
Total	3.986	466	198	2.950	7.600	7.600	100,00%

	2015						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos para negociação	7.730	-	-	-	7.730	-	100,00%
Fundos de investimentos não exclusivos	7.730	-	-	-	7.730	-	100,00%
Total	7.730	-	-	-	7.730	-	100,00%

6.2. Investimentos imobiliários

A composição da carteira de investimentos imobiliários alocados no PCA é a seguinte:

	2016	2015
Imóveis		
Avenida Paulo Leitão, 695 - Magé - RJ	4.060	4.277
Praça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2 - Niterói - RJ	101.550	105.500
Rua Aureliano Coutinho, 81 - Petrópolis - RJ	6.350	7.400
Outros	(53)	(26)
Total	111.907	117.151

A Instrução PREVIC nº 21, de 23 de março de 2015, dispensa o registro da depreciação quando a reavaliação imobiliária tenha periodicidade inferior a um ano. A Fundação realiza pelo menos uma reavaliação anual de seus imóveis.

Os três imóveis foram avaliados em julho de 2016, tendo como resultado desta avaliação a redução do valor patrimonial dos mesmos em R$5.217. O resultado negativo dessas avaliações foi registrado em balanço no mesmo mês, baseando-se nos Laudos de Avaliação emitidos por perito independente - APSIS Consultoria Empresarial Ltda. - CNPJ 27.281.922/0001-70.

Em 2015, os imóveis foram avaliados duas vezes, motivados pela intenção de venda dos mesmos. Primeiramente, os imóveis localizados em Magé e Niterói foram avaliados a valor de mercado em maio de 2015. A Fundação reconheceu no mesmo mês o resultado dessas avaliações. Posteriormente, em novembro de 2015, os imóveis de Magé, Niterói e Petrópolis foram novamente avaliados a valor de mercado. O resultado negativo dessas avaliações foi de R$12.586, os quais foram baseados nos Laudos de Avaliação emitidos por perito independente - APSIS Consultoria Empresarial Ltda. - CNPJ 27.281.922/0001-70.

	Valor reavaliado em 31/12/2015	Reavaliação	Valor reavaliado em 31/12/2016	Vida útil	Valor reavaliado em 31/12/2013	Reavaliação	Valor reavaliado em 31/12/2014	Vida útil
Niterói	105.500	(3.950)	101.550	32 anos	105.500	(3.950)	101.550	32 anos
Petrópolis	7.400	(1.050)	6.350	33 anos	7.400	(1.050)	6.350	33 anos
Magé - RJ	4.277	(217)	4.060	36 anos	4.277	(217)	4.060	36 anos
Total	117.177	(5.217)	111.960		117.177	(5.217)	111.960	
Outros	(26)	-	(53)		(26)	-	(53)	
Total dos investimentos imobiliários	117.151	(5.217)	111.907		117.151	(5.217)	111.907	

Segue percentual de alocação dos imóveis em relação aos recursos garantidores. O limite estabelecido pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, é de 8%.

Variação	Recursos garantidores	Investimento imobiliário	Percentual de alocação
Em 31 de dezembro de 2015	680.220	117.151	17,22
Em 31 de dezembro de 2016	722.329	111.907	15,49

Em fevereiro de 2012, foram reavaliados os imóveis que compõem a carteira desse segmento, ante a necessidade de atualização da precificação dos mesmos. E, em virtude do notório crescimento do mercado imobiliário e do cenário macroeconômico à época, o limite fixado para alocação nesse segmento (8% de acordo com a Resolução CMN 3.792/2009) foi ultrapassado, ocasionando o desenquadramento passivo da carteira de imóveis. No período de março a dezembro de 2012, a contagem do prazo para eliminação do excesso estava suspensa, nos termos do parágrafo 2º do artigo 52 da Resolução CMN 3.792, de 24 de setembro de 2009. Logo, o prazo para eliminação do excesso foi postergado para fevereiro de 2015. Independentemente do término do prazo, a Fundação está obrigada a persistir na adoção das medidas necessárias à sua eliminação. Desde a configuração do desenquadramento, a Fundação, por meio de um plano de enquadramento aprovado por seu Conselho Deliberativo, adotou uma série de providências objetivando a alienação dos imóveis que compõem a carteira. Todavia, não houve êxito nessas ações. Registre-se, aqui, que a alienação dos bens imóveis depende, igualmente, de atos de terceiros.

Em 05 de julho de 2016, a PREVIC, por meio do Ofício nº1966/2016/DIACE/DIFIS/PREVIC, concede a oportunidade de formalizar Termo de Ajustamento de Conduta - TAC a fim de solucionar a situação do desenquadramento da carteira de imóveis.

A Fundação, em atendimento ao disposto no artigo 4º, caput e parágrafo primeiro, da Instrução MPS/PREVIC nº 03, de 29 de junho de 2010, encaminhou ao Escritório Regional do Rio de Janeiro da PREVIC a minuta de TAC para avaliação do referido órgão de fiscalização, que encontra-se pendente de apreciação.

6.3. Empréstimos e financiamentos imobiliários

Com a concessão dos empréstimos simples aos participantes, a composição da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários da Fundação é como se segue:

Descrição	2016			2015		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Empréstimos	2.491	1.858	4.349	2.396	2.093	4.489
Financiamentos imobiliários	4	-	4	30	-	30
Total	**2.495**	**1.858**	**4.353**	**2.426**	**2.093**	**4.519**

Com relação à carteira de empréstimos do PACV, no exercício de 2016, o saldo registrado como provisão de liquidação duvidosa é de R$35 (em 2015, era de R$7). A provisão foi constituída conforme Resolução CGPC nº 8 de 26 de janeiro de 2009, Anexo A Normas Complementares. Medidas para recuperação desses créditos serão observadas.

6.4. Rentabilidades dos investimentos

Segue composição da rentabilidade nos segmentos aplicados:

	2016			
	PCA	**PACV**	**PGA**	**Consolidado**
Fundos de investimentos				
Renda fixa	37.580	13.363	-	50.943
Ações	(1.161)	6.108	-	4.947
Multimercado	50.349	22.864	1.000	74.213
Direitos creditórios	134	-	-	134
Participações (a)	(11)	(7)	-	(18)
Imobiliários	-	534	-	534
Total dos fundos de investimentos	86.891	42.862	1.000	130.753
Investimentos imobiliários	2.359	-	-	2.359
Empréstimos	444	339	-	783
Cobertura das despesas administrativas	(2.465)	(932)	-	(3.397)
Outros	232	(81)	(25)	126
Rentabilidade total	87.461	42.188	975	130.624

	2015			
	PCA	**PACV**	**PGA**	**Consolidado**
Fundos de investimentos				
Renda fixa	34.219	1.087	-	35.306
Ações	(7.223)	(6.132)	-	(13.355)
Multimercado	7.773	15.242	920	23.935
Direitos creditórios	707	-	-	707
Participações (a)	(8.687)	(5.791)	-	(14.478)
Imobiliários	-	129	-	129
Total dos fundos de investimentos	26.789	4.535	920	32.244
Investimentos imobiliários	(5.694)	-	-	(5.694)
Empréstimos	291	321	-	612
Cobertura das despesas administrativas	(2.435)	(702)	-	(3.137)
Outros	(89)	(72)	(21)	(182)
Rentabilidade total	18.862	4.082	899	23.843

(a) A variação negativa apresentada na rubrica "Participações" decorre da perda patrimonial efetiva na cota do fundo de investimentos Rio Bravo FIP - Energia I. A perda está relacionada a três fatos principais: acidente climático ocorrido em uma das plantas investidas, cujo reflexo financeiro foi reconhecido em abril de 2015 por equivalência patrimonial; falência de uma das empresas fornecedoras, cujo reflexo financeiro foi reconhecido em abril de 2015; variação negativa em reavaliação dos ativos, reconhecida em outubro de 2015.

6.5. Exposições ao risco

6.5.1. Fundos de investimentos

O controle de risco de mercado é realizado pelo acompanhamento mensal dos limites estabelecidos na Política de Investimentos para os mandatos.

Na Política de Investimentos dos planos, há o estabelecimento dos limites de VAR e B-VAR (Benchmark - VAR) para os mandatos das carteiras de investimentos.

Adicionalmente, é realizado também o acompanhamento do VAR calculado para os Planos de forma consolidada.

Nos valores apresentados na tabela a seguir, se observa uma redução nos Planos PCA e PACV em 2016 em função da redução da volatilidade diante do aumento dos títulos mantidos até o vencimento e consequente redução das carteiras marcadas a mercado e também diante de uma menor exposição em bolsa de valores. Para o PGA se observa um leve aumento diante da troca do fundo de investimento alocado no plano.

Value-at-risk (%)	2016	2015
PCA	0,2051	2,6346
PACV	1,7753	3,3372
PGA	0,1960	0,0051

6.5.2. Imóveis

Os imóveis estão expostos aos riscos de flutuações de valor, vacância, inadimplência contratual e de regulamentação do setor imobiliário.

6.5.3. Empréstimos

O limite de concessão do empréstimo está vinculado a 4 vezes o salário real de contribuição ou benefício de aposentadoria ou pensão por morte, limitado a 60% do valor do resgate por desligamento, e restrito a R$40. É cobrada no ato da concessão uma taxa referente ao fundo de reserva de garantia de empréstimo para cobertura do saldo devedor em caso de óbito. O risco de inadimplência é limitado devido à consignação em folha de pagamento.

6.6. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Fundação possuía, em seus fundos de investimentos exclusivos, operações no mercado de derivativos através de contratos de futuros e swaps registrados pelo valor de mercado. As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792 e regulamentações posteriores.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Fundação. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição.

A posição em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

i. Futuros

PCA							
Futuro	**Posição**	**Referência**	**Vencimento**	**Quantidade**	**Valor referência**	**2016**	**2015**
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2016	-	-	-	200
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2017	-	-	-	(173)
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2018	-	-	-	295
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2019	-	-	-	189
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2021	-	-	-	(46)
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2023	-	-	-	(69)
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2018	-	-	-	(259)
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2019	-	-	-	(127)
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2018	82	89.693	7.355	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2019	110	81.190	8.931	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2020	32	72.787	2.329	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2021	6	65.155	391	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2023	27	51.848	1.400	-

PACV							
Futuro	**Posição**	**Referência**	**Vencimento**	**Quantidade**	**Valor referência**	**2016**	**2015**
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2018	-	-	-	(257)
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2019	-	-	-	(126)
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2018	41	89.693	3.677	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2019	55	81.190	4.465	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2020	16	72.787	1.165	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2021	2	65.155	130	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	07/2023	13	51.848	674	-

PGA							
Futuro	**Posição**	**Referência**	**Vencimento**	**Quantidade**	**Valor referência**	**2016**	**2015**
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2018	4	89.693	359	-
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2019	5	81.190	406	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2020	1	72.787	73	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2021	1	65.155	65	-
DI	Vendido	Taxa de Juros	07/2023	1	51.848	52	-

ii. Swaps

PCA							
Operação	**Vencimento**	**Indexador P**	**Taxa P %**	**Indexador A**	**Taxa A %**	**2016**	**2015**
29380	15/08/2018	CDI	-	IPCA	5,000	3	(7)
29381	15/08/2022	IPCA	6,1100	CDI	-	(22)	185
29382	15/08/2018	CDI	-	IPCA	5,0500	1	(1)
29383	15/08/2024	CDI	-	IPCA	6,1300	2	(14)
29384	17/08/2020	CDI	-	IPCA	6,2400	10	(32)
29385	15/08/2024	CDI	-	IPCA	6,1400	2	(12)
29386	15/08/2024	CDI	-	IPCA	6,1500	2	(12)
29387	15/08/2022	CDI	-	IPCA	3,8300	(604)	(1.239)
29388	15/08/2022	CDI	-	IPCA	3,8600	(51)	(103)
29389	17/08/2020	IPCA	6,8800	CDI	-	(30)	5
29390	15/08/2022	IPCA	6,9900	CDI	-	(103)	22
29391	15/08/2018	IPCA	6,4600	CDI	-	(6)	5
29392	15/08/2024	IPCA	6,9400	CDI	-	(27)	9
29393	15/08/2022	IPCA	5,8400	CDI	-	(16)	58
47800	15/08/2016	CDI	-	IPCA	3,1800	-	(13)
48477	15/08/2016	IPCA	5,4350	CDI	-	-	(119)
A2791	15/08/2016	CDI	-	IPCA	4,8200	-	19
A2792	15/08/2016	CDI	-	IPCA	4,8200	-	94
A2793	15/08/2016	CDI	-	IPCA	4,8200	-	122
A2794	15/08/2016	IPCA	2,7100	CDI	-	-	22
A2795	15/08/2016	CDI	-	IPCA	3,6950	-	163
A2796	15/08/2016	IPCA	2,6850	CDI	-	-	26
A2797	15/08/2016	IPCA	4,8400	CDI	-	-	(227)

PACV							
Operação	**Vencimento**	**Indexador P**	**Taxa P %**	**Indexador A**	**Taxa A %**	**2016**	**2015**
29380	15/08/2018	CDI	-	IPCA	5,0000	1	(7)
29381	15/08/2022	IPCA	6,1100	CDI	-	(11)	185
29382	15/08/2018	CDI	-	IPCA	5,0500	-	(1)
29383	15/08/2024	CDI	-	IPCA	6,1300	1	(14)
29384	17/08/2020	CDI	-	IPCA	6,2400	5	(32)
29385	15/08/2024	CDI	-	IPCA	6,1400	1	(12)
29386	15/08/2024	CDI	-	IPCA	6,1500	1	(12)
29387	15/08/2022	CDI	-	IPCA	3,8300	(302)	(1.239)
29388	15/08/2022	CDI	-	IPCA	3,8600	(26)	(103)
29389	17/08/2020	IPCA	6,8800	CDI	-	(15)	5
29390	15/08/2022	IPCA	6,9900	CDI	-	(51)	22
29391	15/08/2018	IPCA	6,4600	CDI	-	(3)	5
29392	15/08/2024	IPCA	6,9400	CDI	-	(14)	9
29393	15/08/2022	IPCA	5,8400	CDI	-	(8)	58

PGA							
Operação	**Vencimento**	**Indexador P**	**Taxa P %**	**Indexador A**	**Taxa A %**	**2016**	**2015**
29381	15/08/2022	IPCA	6,1100	CDI	0,0000	(1)	-
29387	15/08/2022	CDI	0,0000	IPCA	3,8300	(26)	-
29388	15/08/2022	CDI	0,0000	IPCA	3,8600	(2)	-
29389	17/08/2020	IPCA	6,8800	CDI	0,0000	(1)	-
29390	15/08/2022	IPCA	6,9900	CDI	0,0000	(4)	-
29392	15/08/2024	IPCA	6,9400	CDI	0,0000	(1)	-
29393	15/08/2022	IPCA	5,8400	CDI	0,0000	(1)	-

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O demonstrativo da composição consolidada do exigível operacional é como segue:

	2016	2015
Impostos a recolher	796	397
Provisão de folha de pagamento	203	236
Repasse a sindicatos e associações	389	351
Fornecedores	327	343
Valores a recolher sobre folha de pagamento	153	155
Repasse para patrocinadora de assistência médica/odontológica	1.084	934
Outros	69	127
Total do exigível operacional	3.021	2.543

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Fundação está envolvida em diversas ações judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias. Com base no parecer de seus consultores jurídicos, a Administração constituiu provisão para perdas consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis.

A composição do exigível contingencial está resumida a seguir:

	2016				2015		
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Gestão previdencial	164.509	301	-	164.810	153.882	941	154.823
Investimentos	9	-	-	9	469	-	469
Gestão administrativa	-	-	647	647	-	-	-
Total dos processos	164.518	301	647	165.466	154.351	941	155.292

8.1. Passivos contingentes - prováveis

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos, conforme detalhado a seguir:

8.1.1. Gestão previdencial

Os processos de natureza previdencial são ações interpostas por ex-participantes, participantes e assistidos, vinculados em sua maioria ao PCA e que estão pleiteando:

(a) Concessão do benefício sem os limites etário e de teto de remuneração.

(b) Revisão do benefício com base nas verbas salariais deferidas em processo trabalhista em face da patrocinadora.

(c) Nulidade da migração do PCA para o PACV, em abril de 1999.

(d) Perdas decorrentes da conversão dos benefícios de cruzeiros reais para reais (Plano real), por ocasião do reajuste anual de outubro de 1994 (diferença de 46,6% referente ao INPC de junho de 1994).

(e) Diferença de índice de reajuste.

(f) Diferenças decorrentes de atualização monetária de reservas de poupança - expurgo inflacionário (março de 1990 a março de 1991 - IPC/BTN).

(g) Resgate da contribuição patronal.

Os processos são atualizados mensalmente pela TR (Banco Central), acrescendo-se juros de mora de 1% ao mês, esses calculados sobre os valores corrigidos.

8.1.2. Investimentos

Os processos dos investimentos são decorrentes, principalmente, de ações relativas ao imóvel de Petrópolis, bem como de anulação de cobrança do Empréstimo Imobiliário, conforme a seguir detalhado:

(a) Imóvel de Petrópolis - Regularização do imóvel (obtenção da Escritura Definitiva).

Foram adotadas providências através de tratativas para formalização e regularização da escritura definitiva de compra e venda atinentes às frações ideais de terreno, com os promitentes vendedores das mesmas, em cumprimento ao que foi ajustado na escritura de promessa de compra de venda e de cessão. Depois das tentativas administrativas, o processo passou para a esfera judicial.

Em decisão definitiva, a ação movida pela Fundação foi julgada integralmente procedente. Foi devidamente efetuado registro da carta de adjudicação no cartório de registro de imóveis pertinente, com a consequente regularização da documentação desse imóvel.

(b) Anulação de cobrança do Empréstimo Imobiliário - Os processos discutem a legalidade da cobrança, já que, a maior parte dos mutuários entende não possuir mais qualquer débito em relação ao mesmo.

8.1.3. Gestão administrativa

No exercício de 2016, foi constituída provisão para cobertura de condenação em reclamação trabalhista, na qual um antigo prestador de serviços demanda reconhecimento de vínculo empregatício com a Fundação.

8.1.4. Movimentação do exigível contingencial

A movimentação do exigível contingencial no ano de 2016 está resumida a seguir:

PCA					
Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo final
154.351	11.449	(17.491)	(6.673)	22.881	164.517

PACV					
Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo final
941	-	(9)	(721)	90	301

PGA					
Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo final
-	610	-	-	37	647

A movimentação decorre da rotina normal de registro de pagamentos, reversões ou constituição de novas provisões para processos, de acordo com a classificação atual da demanda e que é reflexo, principalmente, do seu estágio processual. As baixas podem decorrer do pagamento efetivo da condenação ou da alteração do resultado da demanda. Podem, ainda, ser reflexo de revisão dos valores apurados em sede de execução em razão de fatos novos.

8.2. Contingências ativas

Refere-se ao valor a receber decorrente de ação judicial transitada em julgado patrocinada pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de previdência Complementar (ABRAPP) em nome de suas associadas. A ABRAPP pleiteou a diferença de correção monetária paga a menor, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, em decorrência da substituição do índice de preços ao consumidor - IPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo Bônus do Tesouro Nacional - BTN.

O FND foi criado em julho de 1986, com o objetivo de prover recursos para realização, pela União, de investimentos de capital necessários a dinamização do desenvolvimento nacional, bem como apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

O Fundo foi autorizado a emitir quotas e obrigações para captar recursos, denominadas OFNDs, com aquisição compulsória pelos fundos de pensão patrocinados por empresas do setor público, mediante utilização de 30% de suas reservas técnicas.

A ABRAPP obteve decisão favorável e transitada em julgado em 24 de setembro de 2008, no tribunal Regional Federal da 2ª região. Após esta decisão, a ABRAPP aguardou o decurso do prazo de dois anos para ação rescisória e, no exercício de 2010, orientou as suas associadas participantes do processo a efetuar a apuração dos valores a receber corrigidos monetariamente para dar início a ação de execução.

Nesse contexto, foi contratado um perito para mensurar o valor atualizado do crédito cobrado na ação, que, ao final, apurou um crédito em favor da Fundação no montante de R$74.129. Tal crédito poderia ser objeto de registro contábil, já que houve o trânsito em julgado e por ter uma mensuração confiável.

No entanto, em 14 de outubro de 2011, através do ofício nº4624/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, a Fundação, assim como as demais entidades que poderiam efetuar o registro contábil relativo à referida ação judicial, recebeu determinação do órgão fiscalizador, no sentido de que não fosse efetivado o registro, sob a justificativa de que enquanto não houvesse manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, não deveria prevalecer o referido registro contábil. Oportunamente, quando atendidos os requisitos apontados pelo Órgão Fiscalizador, os valores serão devidamente contabilizados

9. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

a) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas de 2016 foram calculadas pelo atuário responsável pelos planos, a Consultoria WillisTowers Watson, em conformidade com a legislação vigente e com as melhores práticas atuariais do mercado. As provisões matemáticas calculadas foram:

(i) Benefícios concedidos

Representam o valor atual dos compromissos futuros da Fundação para com os participantes/dependentes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadoria e pensão.

(ii) Benefícios a conceder

Representam o valor atual dos compromissos futuros da Fundação para com os participantes/dependentes que ainda não são elegíveis ou não solicitaram os benefícios a que fazem jus, estimados a partir da expectativa do prazo de permanência dos participantes.

(iii) Provisões matemáticas a constituir

Representam o valor atual das contribuições de responsabilidade da patrocinadora destinadas à cobertura do déficit técnico.

b) Equilíbrio técnico

PCA - No exercício de 2016, foi apurado um déficit no montante de R$16.774, que foi lançado na Provisão Matemática a Constituir e incorporado ao saldo devedor do Contrato III (Contrato de Dívida com a Patrocinadora - vide item 11.1). Em 2015, foi registrado um superávit de R$ 24.140, igualmente lançado na Provisão Matemática a Constituir.

PACV - O PACV apresentou superávit no exercício de 2016 no montante de R$5.459 (déficit de R$27.877 em 2015). A destinação desse resultado observa inicialmente os termos das Instruções Previc nº 26, de 10 de março de 2016, e nº 32, de 02 de setembro de 2016, a despeito da previsão contratual (Contrato de Equacionamento de Déficit - item 11.3) de reflexo integral no saldo devedor contratado. Em razão da existência de contrato firmado antes das vigências das normas citadas, a Fundação formulou consulta à PREVIC para que haja um posicionamento quanto à aplicação da norma. Adicionalmente, foram observados os termos da Resolução CGPC nº 26 de 29 de setembro de 2008, com a constituição de Reserva de Contingência.

10. HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais em 2016 e 2015, segregadas por plano de benefícios previdenciais estão demonstradas abaixo:

Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA

Descrição	2016	2015
Situação do plano	Ativo em extinção	Ativo em extinção
Data de desativação	08/01/2099	08/01/2099
Indexador do plano (reajuste dos benefícios)	INPC	INPC
Taxa real anual de juros	5,5% a.a.	5,5% a.a.
Crescimento real de salário	2,43% a.a.	2,43% a.a.
Crescimento real de benefícios	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação valor real dos salários	0,98	0,98
Fator de determinação valor real dos benefícios	0,98	0,98
Geração futura	Não utilizada	Não utilizada
Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.
Tábua de mortalidade geral (de válidos)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (Light Média)	LIGHT (Light Média)
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método atuarial	Agregado	Agregado

Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV

Descrição	2016	2015
Situação do plano	Ativo em funcionamento	Ativo em funcionamento
Indexador do plano (reajuste dos benefícios)	INPC	INPC
Taxa real anual de juros	5,5% a.a.	5,5% a.a.
Crescimento real de salário	2,43% a.a.	2,43% a.a.
Crescimento real de benefícios	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação valor real dos salários	0,98	0,98
Fator de determinação valor real dos benefícios	0,98	0,98
Geração futura	Não utilizada	Não utilizada
Rotatividade	Experiência Brasiletros 2013-2015	Experiência Brasiletros 2013-2015
Tábua de mortalidade geral (de válidos)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (Light Média)	LIGHT (Light Média)
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método atuarial	Agregado/Capitalização Financeira	Agregado/Capitalização Financeira

Em outubro de 2015, a Willis Towers Watson realizou os estudos de aderência das hipóteses para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/20016, que foi alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9 de 29/11/2012 e nº 15 de 19/11/2014, e na Instrução nº 23 de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: mortalidade de válidos, entrada em invalidez, rotatividade, mortalidade de inválidos, taxa de crescimento real de salários e taxa real de juros. Os estudos realizados em 2015 possuem validade de três anos, com exceção da taxa real de juros, cujo estudo tem validade de um ano, com as hipóteses apontadas mantidas em 2016.

A Willis Towers Watson desenvolveu o estudo referente à adequação e aderência da taxa real anual de juros, que consta do estudo técnico aprovado pelo Conselho Deliberativo, cuja conclusão foi a aderência das taxas praticadas nos Planos nos exercícios de 2016 e 2015, pelo que foi mantida a taxa de juros de 5,50% a.a. para ambos os planos.

11. CONTRATO DE DÍVIDA COM A PATROCINADORA AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

11.1. Contrato de refinanciamento de compromisso de reserva a amortizar - PCA

Em 1° de janeiro de 2002, foi assinado o contrato de cobertura, consolidação e garantia de refinanciamento do compromisso das provisões matemáticas a constituir junto à Ampla Energia e Serviços S.A., equacionando os custos decorrentes para completa integralização, no valor de R$118.221, baseado em parecer atuarial.

O prazo do contrato é de 240 meses, sendo 30 de carência para pagamento do principal, com pagamento da atualização monetária do saldo devedor pelo IGP-DI do mês anterior e juros compostos de 6% a.a. Após o período de carência iniciou-se em julho/2004 a amortização do principal.

O contrato de financiamento da reserva a amortizar firmado com a patrocinadora possui cláusula de revisão atuarial na qual os déficits registrados no plano serão acrescidos e os superávits abatidos do saldo do contrato.

Atualmente, a atualização do contrato está vinculada ao INPC, acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA.

O valor incorporado ao saldo do Contrato III foi de R$16.774. Abaixo, apresentamos a evolução do referido contrato:

	2016			2016		
	Serviço passado	Déficit equacionado	Total	Serviço passado	Déficit equacionado	Total
Saldo no início do exercício	101.022	152.683	253.705	103.565	148.313	251.878
Atualização monetária	7.146	10.741	17.887	10.790	18.859	29.649
Juros	5.322	7.990	13.312	5.582	9.758	15.340
Valores recebidos no exercício	(20.754)	(32.381)	(53.135)	(18.915)	(31.666)	(50.581)
Revisão atuarial	-	16.774	16.774	-	7.419	7.419
Saldo no final do exercício	**92.736**	**155.807**	**248.543**	**101.022**	**152.683**	**253.705**

11.2. Equacionamento dos efeitos da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios - PACV

Teve por objetivo equacionar definitivamente os efeitos da alteração da hipótese atuarial denominada "Crescimento Real de Benefícios" de -1,5% a.a. para 0%, na avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2006, em decorrência da edição da Resolução CGPC n° 18, de 28 de março de 2006, que proibiu a adoção de taxas negativas para as projeções de crescimento real dos benefícios do plano.

Foram realizados dois acordos judiciais, sendo o primeiro homologado em 07 de agosto de 2012, que contemplou os participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense - STIEENNF (Base Campos) e o segundo homologado em 29 de abril de 2013, contemplando os participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Niterói - STIEEN e do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro - SENGE/RJ (Base Niterói), respectivamente.

Desta forma, para cada acordo judicial foi celebrado um Contrato de Financiamento entre a Patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. e a Fundação. Foi efetivado o pagamento de prestação única para os participantes assistidos à época e previsto, para os demais que optarem por renda vitalícia, o pagamento adicional de 120 (cento e vinte) prestações mensais consecutivas, devidamente atualizadas pelo INPC e acrescidas da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA.

A evolução é a seguinte:

	2016			2016		
	Campos	Niterói	Total	Campos	Niterói	Total
Saldo no início do exercício	3.002	9.077	12.079	3.068	9.113	12.181
Correção monetária	213	648	861	321	959	1.280
Juros	159	485	644	166	497	663
Valores recebidos no exercício	(564)	(1.578)	(2.142)	(520)	(1.445)	(1.965)
Revisão atuarial	(571)	(811)	(1.382)	(34)	(47)	(81)
Saldo no final do exercício	2.239	7.821	10.060	3.001	9.077	12.078

11.3. Plano de equacionamento de déficit do PACV

O equacionamento do déficit será efetuado por contribuições extraordinárias das patrocinadoras e pela utilização do Fundo de Reversão de saldo por Exigência Regulamentar, enquanto houver saldo disponível. A parte do déficit assumida pela patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. foi objeto de contrato de confissão de dívida no ano de 2014, conforme determina a legislação vigente, com cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor do contrato será revisto ao final de cada ano. Já com relação às patrocinadoras Brasiletros e Enel, é equacionada através de contribuições extraordinárias calculadas sobre a folha de salários dos participantes.

Em todos os casos, a amortização das parcelas considera a reversão dos recursos acumulados no "Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar", enquanto houver saldo, conforme aprovação do Conselho Deliberativo e das Patrocinadoras.

O prazo restante de amortização do déficit é de 13 anos.

A evolução da dívida é a seguinte:

	AMPLA			BRASILETROS			ENEL			TOTAL		
	A Conceder	Concedido	Total	A Conceder	Concedido	Total	A Conceder	Concedido	Total	A Conceder	Concedido	Total
Saldo no início do exercício	23.087	56.260	79.347	332	154	486	384	-	384	23.803	56.214	80.217
Correção monetária	1.692	4.124	5.816	24	6	30	28	-	28	1.744	4.130	5.874
Juros	1.283	3.129	4.412	18	3	21	22	-	22	1.323	3.132	4.455
Valores pagos pela patrocinadora	(1.013)	(2.459)	(3.472)	-	(163)	(163)	-	-	-	(1.013)	(2.622)	(3.635)
Utilização do fundo de reversão	(1.246)	(3.023)	(4.269)	(47)	-	(47)	(39)	-	(39)	(1.332)	(3.023)	(4.355)
Revisão atuarial	(698)	(2.094)	(2.792)	(23)	-	(23)	(23)	-	(23)	(744)	(2.094)	(2.838)
Saldo no final do exercício	23.105	555.937	79.042	304	0	304	373	-	373	23.781	55.9937	79.718

12. FUNDOS

	2016			2015		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Previdenciais	18.872	2.151	21.023	19.092	2.467	21.559
Reversão de saldo por exigência regulamentar	-	1.566	1.566	-	2.158	2.158
Cobertura de demandas judiciais	18.872	-	18.872	19.092	-	19.092
Cobertura de conta coletiva de risco	-	585	585	-	309	309
Administrativo						
Fundo da gestão administrativa	2.589	4.514	7.103	3.315	4.521	7.836
Investimentos	510	128	638	419	92	511
Empréstimo simples	506	128	634	389	92	481
Financiamento imobiliário	4	-	4	31	-	31
Total dos fundos	21.971	6.793	28.764	22.827	7.080	29.906

12.1. Fundos previdenciais

Fundo previdencial de reversão de saldo por exigência regulamentar do PACV - constituído pelas parcelas do Saldo de Conta Total de Participante que não foi destinada ao pagamento de benefícios e institutos. Esse fundo é atualizado mensalmente pelo Índice de Atualização de Contas Pós-fixado e, atualmente, é utilizado para amortização das contribuições extraordinárias, conforme item 11.3.

Fundo para cobertura de demandas judiciais - constituído em 2012 no PCA, com o objetivo de compensar o acréscimo nas provisões matemáticas de benefícios concedidos, em decorrência de decisões judiciais, que determinaram a revisão do reajuste aplicado aos benefícios mensais quando da conversão do cruzeiro real para real. Esse fundo foi recalculado em 2016 pela Willis Towers Watson e é atualizado mensalmente pelo INPC e acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA.

Fundo de cobertura da conta coletiva de risco - constituído no PACV, no ano de 2014, com o excesso acumulado na Conta Coletiva para cobertura dos Benefícios de Invalidez e Morte em relação ao Valor Presente dos Benefícios correspondentes. Esse fundo é incrementado com os ganhos e perdas atuariais e é atualizado mensalmente pelo Índice de Atualização de Contas Pós-fixado.

12.2. Fundo administrativo

Fundo Administrativo - constituído pela diferença entre as receitas e as despesas administrativas acrescida do saldo no ativo permanente. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano e destina-se à cobertura de insuficiências no custeio administrativo.

12.3. Fundo investimento - empréstimos

Fundo de Investimentos (empréstimo simples) - constituído pelos prêmios descontados sobre os valores concedidos de empréstimo. Foi criado com a finalidade de garantir a quitação do saldo devedor de empréstimo em caso de falecimento do mutuário e é atualizado pelo INPC e acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA.

Fundo de Investimentos (financiamento imobiliário) - constituído para garantir a quitação dos empréstimos concedidos aos participantes nessa modalidade.

13. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

a) Receita para administração do PGA

É formada pela contribuição das patrocinadoras, pela transferência dos investimentos dos planos de benefícios conforme orçamento anual e pela rentabilidade dos investimentos do próprio PGA. A contribuição da patrocinadora e o valor do investimento dos planos de benefícios são transferidos mensalmente para o PGA.

	2016			2015		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Contribuição taxa da patrocinadora	1.884	1.628	3.512	2.065	1.266	3.331
Transferido do investimento	2.466	931	3.397	2.435	702	3.137
Resultado positivo dos investimentos do PGA	402	573	975	454	445	899
Outras receitas	5	2	7	1	-	1
Total da receita	4.757	3.134	7.891	4.955	2.413	7.368

b) Despesas com pessoal e encargos

	2016	2015
Diretoria	2.100	1.244
Empregados	2.281	2.561
Estagiário	116	68
	4.497	**3.873**

A rubrica Diretoria teve uma variação relevante apresentando uma remuneração de R$1.628 em 2016 (R$848 em 2015), expurgando o efeito dos encargos e benefícios. Esta variação decorre do fato do Presidente da Fundação ter acumulado também o cargo de Diretor de Investimentos, Administração e Finanças de janeiro a outubro de 2015.

A partir de novembro 2015 o cargo teve um titular. Além disso, a criação da Diretoria Jurídica foi aprovada pela PREVIC no final daquele ano, com posse do titular em dezembro 2015. No exercício de 2016, não houve vacância ou cumulação dos cargos da Diretoria executiva.

c) Serviços de terceiros

	2016	2015
Consultoria jurídica	700	804
Sistemas de informática	770	453
Consultoria atuarial	144	219
Consultoria de investimentos	131	107
Auditoria contábil	173	134
Gestão de planejamento estratégico	52	48
Motoboy	42	39
Recursos humanos	29	24
Outras	77	54
Serviços de terceiros	2.118	1.882

14. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Em 04 de fevereiro de 2015, foi publicada a Instrução PREVIC nº19, que disciplina os critérios e os procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico (observadas as alterações posteriores). Esse ajuste de precificação dos títulos, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, corresponde à diferença entre o valor considerando a taxa de juros utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,5%) e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação dos títulos públicos elegíveis em 31 de dezembro de 2016 do Plano PCA resultou em um valor positivo de R$23.708, conforme demonstrativo a seguir:

Título público	Vencimento	Quantidade	Valor contábil	Valor ajustado pela taxa atuarial	Valor ajuste de precificação
NTN-B	15/05/2023	41.613	121.552	127.232	5.680
NTN-B	15/08/2024	3.940	11.061	12.264	1.202
NTN-B	15/08/2030	10.955	32.735	34.651	1.916
NTN-B	15/05/2035	31.404	89.853	98.906	9.053
NTN-B	15/08/2040	13.526	37.657	43.515	5.857
Total			**292.858**	**316.568**	**23.708**

O resultado do exercício de 2016 do PCA resultou em déficit contábil de R$16.773. A despeito do resultado positivo do ajuste de precificação, mas considerando a existência do Contrato de dívida com a patrocinadora Ampla (Contrato III), foi lançado na Provisão Matemática a Constituir e incorporado ao saldo devedor do Contrato III o déficit técnico contábil (Contrato de Dívida com a Patrocinadora - vide item 11.1) em vez do Equilíbrio Técnico Ajustado positivo verificado no exercício conforme tabela:

	2016
a) Equilíbrio técnico	-
b) (+/-) Ajuste de precificação	23.708
c) (+/-) Equilíbrio técnico ajustado = (a-b)	23.708

Em 2015, no Plano PCA, não houve ajuste de precificação a ser apresentado devido ao fato de que todos os títulos públicos existentes na carteira do plano à época não eram elegíveis, pois não atendiam ao requisito de duration, isto é, a duration do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste foi maior que a duration do fluxo de pagamento de benefícios.

Com relação ao PACV, o ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2016 resultou em um valor positivo de R$2.599, conforme demonstrativo a seguir:

Título público	Vencimento	Quantidade	Valor contábil	Valor ajustado pela taxa atuarial	Valor ajuste de precificação
NTN-B	15/08/2018	20.222	60.909	61.535	625
NTN-B	15/05/2023	19.975	35.239	36.614	1.374
NTN-B	15/05/2035	3.000	8.848	9.448	600
Total			**104.996**	**107.597**	**2.599**

O resultado do exercício de 2016 do PACV resultou em superávit contábil de R$5.459. A despeito do resultado positivo do ajuste de precificação, mas considerando a existência do Contrato de Equacionamento de Déficit, o superávit técnico contábil foi lançado na Provisão Matemática a Constituir por ajustes das contribuições extraordinárias, nas proporções definidas no parecer atuarial, em vez do Equilíbrio Técnico Ajustado conforme tabela:

	2016
a) Equilíbrio técnico	2.621
b) (+/-) Ajuste de precificação	2.599
c) (+/-) Equilíbrio técnico ajustado = (a-b)	5.220

Em 2015, no Plano PACV, não houve ajuste de precificação a ser apresentado devido ao fato de que não havia títulos atrelados a índices de preços classificados na categoria de "mantidos até o vencimento" neste plano.

15. RESPONSÁVEIS

David Augusto de Abreu
Diretor Presidente
CPF: 010.618.617-59

Daniela dos Santos Oliveira H. de Melo
Diretora de Investimentos, Administração e Finanças
CPF: 080.689.697-30

Oscar Enrique Campos Jara
Diretor de Seguridade
CPF: 053.736.007-76

Muci Girgi Germain
Diretor Jurídico
CPF: 072.175.007-96

Andréa de Souza Barreto
Contadora - CRC-RJ 095.267/O-8
CPF: 095.108.274-71

+PARECERES

O MUNDO NÃO PODERÁ TOMAR UM NOVO CAMINHO SE NÃO CONSEGUIR UMA UNIÃO ÍNTIMA DA TÉCNICA E DA MORAL.

THEODOR PLIEVIER
ESCRITOR ALEMÃO

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO DE 2016

O Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL – BRASILETROS, nos termos do artigo 18, do Estatuto Social da Fundação, após análise das Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e compostas do Balanço Patrimonial (Consolidado), da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada) - DMPS, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, da Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, da Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPTP, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA, das respectivas notas explicativas e dos pareceres favoráveis emitidos pela auditoria realizada pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 22 de março de 2017, e pelo Conselho Fiscal, datado de 22 de março de 2017, manifesta expressamente a aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2016, sem restrições e para os devidos efeitos legais.

Niterói, 24 de Março de 2017.

Raimundo Câmara Filho
Leandro Oliveira Cordeiro
Ronaldo Jubert Tenório Lima
Karla Gimenez Leite Keller
Francisco Eduardo Rizzo Fraga

Anderson Luís Tostes dos Santos
Roberto Nunes Fonseca Júnior
Alexandre Pinto de Brito Oliveira
Maurício Szwarc
Luzia Brandão Marinho Bartolette

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO DE 2016

O Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL – BRASILETROS, nos termos do artigo 39, do Estatuto Social da Fundação, após análise das Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e compostas do Balanço Patrimonial (Consolidado), da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada) – DMPS, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, da Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPTP, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA, das respectivas notas explicativas e do parecer favorável emitido pela auditoria realizada pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 22 de março de 2017, manifesta expressamente a aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2016, sem restrições e para os devidos efeitos legais.

Niterói, 22 de Março de 2017.

Alan dos Reis Santos
José Carlos Pacheco
Wagner de Almeida Sodré da Silva

Brasiletros

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Avenida Roberto Silveira, 488 - 13º andar - Icaraí - Niterói

24230-163 - Rio de Janeiro

Telefone: (21) 2707-5550 | Fax: (21) 2707-5558